Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 15

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
Calendário de novembro 2026: veja datas de pagamento do INSS, Bolsa Família, pé-de-meia e mais 3

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
13º salário deve ter primeira parcela paga até 30 de novembro; veja calendário 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Imposto Seletivo vai ao Congresso 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Alíquota de 11,3% da CBS em debate na CAE 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Entidades querem adiar mudanças em tributos 10

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
"CAIXA-PRETA" DA AMAZÔNIA 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
"Fomos pegos de surpresa" com CBS, diz senador 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Envelhecimento vai pressionar saúde, alerta Tesouro 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CBS e IBS devem ter nova regra em breve 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Ministros do STJ autorizam dedução de bônus do IRPJ 19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Defesa de Flávio tenta revogar ordem de Moraes sobre passaportes 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA
Posse de Lula aquece setor hoteleiro 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Risco fiscal tem queda em 2025, mas segue elevado 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Congresso deve votar Orçamento 2027 até dezembro 27

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Split payment e RAD mudam liquidez do caixa das empresas 29

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA
Queda na receita do café leva exportadores a cobrar ação do governo Lula (café) 30

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Democratas impõem dura derrota a Trump na Câmara e no Senado 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Copom decide hoje nova taxa Selic 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA
"Onda azul" desenha pesadelo para Trump 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Projeções para o IPCA sobem apesar do tom de cautela do Banco Central 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Projeção do Tesouro aponta pico da dívida pública perto de 90% do PIB 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Ministro da Fazenda critica proposta de "tabelar juros" 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Plano de governar com as ruas e as redes eleva custo político de medidas de ajuste 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Criação do Ministério da Segurança é oportunidade para Alckmin 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Seleção de ações para o mês tem perfil mais defensivo 42

Calendário de novembro 2026: veja datas de pagamento do INSS, Bolsa Família, pé-de-meia e mais

Por Redação g1

O mês de novembro de 2026 já começou, e com ele chegam os pagamentos de programas e benefícios como **INSS**, Pé-de-Meia e Bolsa Família, entre outros. Alguns dos depósitos começam já nos primeiros dias do mês, enquanto outros ficam para a segunda quinzena.

Confira, abaixo, o calendário de pagamentos dos seguintes benefícios:

INSSBolsa FamíliaPé-de-meiaBPC/LoasSaque-aniversário do **FGTS**

INSS

O pagamento do **INSS** de novembro de 2026 começa no dia 24 de novembro para os beneficiários que recebem até um salário mínimo. Os depósitos seguem até 7 de dezembro, conforme o número final do benefício.

CONFIRA MAIS INFORMAÇÕES: Pagamento do **INSS** de novembro: veja calendário e datas

Para quem recebe acima do salário mínimo, os pagamentos da competência de novembro começam em 1º de dezembro e terminam em 7 de dezembro. As datas fazem parte do calendário anual divulgado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Veja abaixo as datas de pagamento para quem ganha até um salário mínimo:

Final 1: 24/11Final 2: 25/11Final 3: 26/11Final 4: 27/11Final 5: 30/11Final 6: 1º/12Final 7: 2/12Final 8: 3/12Final 9: 4/12Final 0: 7/12

Calendário de quem recebe acima de um salário mínimo

Finais 1 e 6: 1º/12Finais 2 e 7: 02/12Finais 3 e 8: 03/12Finais 4 e 9: 04/12Finais 5 e 0: 07/12

Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal inicia os pagamentos de novembro do Bolsa Família no dia 16. Os primeiros a receber serão os beneficiários com Número de Identificação Social (NIS) com final 1.

CONFIRA MAIS INFORMAÇÕES: Bolsa Família 2026: veja calendário de pagamentos em novembro

O dinheiro é disponibilizado nos últimos 10 dias úteis de cada mês, de forma escalonada. A exceção é o mês de dezembro, quando os pagamentos são antecipados.

Confira o calendário do Bolsa Família para novembro de 2026:

16/11: pagamentos para NIS com final 1;17/11: pagamentos para NIS com final 2;18/11: pagamentos para NIS com finais 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 0.

Ao longo do ano, a previsão de pagamentos é:

Dezembro: de 10/12 a 23/12.

Pé-de-meia

O mês de novembro começou e milhares de beneficiários já querem saber quando será realizado o pagamento do programa Pé-de-Meia. Nesta nova rodada, o benefício será destinado aos estudantes da rede pública que cumpriram a exigência mínima de frequência escolar, conforme os critérios do programa.

CONFIRA MAIS INFORMAÇÕES: Calendário Pé-de-Meia de novembro: veja quem recebe a próxima parcela e as datas de pagamento

Confira o calendário do Pé-de-Meia de novembro:

Janeiro e fevereiro: 23 de novembroMarço e abril: 24 de novembroMaio e junho: 25 de novembroJulho e agosto: 26 de novembroSetembro e outubro: 27 de novembroNovembro e dezembro: 30 de novembro

BPC/Loas

O calendário de pagamento do BPC/Loas de

novembro de 2026 já está disponível. Os beneficiários que recebem até um salário mínimo terão os valores liberados entre 24 de novembro e 7 de dezembro, de acordo com o número final do benefício.

CONFIRA MAIS INFORMAÇÕES: Calendário BPC/Loas novembro 2026: veja datas de pagamento

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) segue o calendário de pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em setembro, os depósitos começam pelos benefícios com final 1 e avançam até o final 0.

Confira abaixo o calendário de pagamento do BPC/Loas de novembro:

Final 1: 24/11Final 2: 25/11Final 3: 26/11Final 4: 27/11Final 5: 30/11Final 6: 1/12Final 7: 2/12Final 8: 3/12Final 9: 4/12Final 0: 7/12

Saque-aniversário do **FGTS**

O **saque-aniversário** do **FGTS** de novembro de 2026 já está disponível para os trabalhadores que nasceram neste mês e aderiram à modalidade. O dinheiro pode ser retirado entre 1º de novembro e 30 de dezembro de 2026.

CONFIRA MAIS INFORMAÇÕES: **Saque-aniversário FGTS** novembro: veja calendário e quem pode sacar

O **saque-aniversário** permite que o trabalhador retire, uma vez por ano, uma parte do saldo disponível nas contas do **FGTS** no mês de seu aniversário. A adesão à modalidade é opcional. Quem não fez a opção permanece no modelo tradicional, chamado de saque-rescisão.

Confira o calendário do **saque-aniversário** do **FGTS**:

Janeiro: de 2 de janeiro a 31 de março de 2026Fevereiro: de 2 de fevereiro a 30 de abril de 2026Março: de 3 de março a 29 de maio de 2026Abril: de 1º de abril a 30 de junho de 2026Maio: de 4 de maio a 31 de julho de 2026Junho: de 1º de junho a 31 de agosto de 2026Julho: de 1º de julho a 30 de setembro de 2026Agosto: de 3 de agosto a 30 de outubro de 2026Setembro: de 1º de setembro a 30 de novembro de 2026Outubro: de 1º de outubro a 30 de dezembro de 2026Novembro: de 2 de novembro de 2026 a 29 de janeiro de 2027Dezembro: de 1º de dezembro de 2026 a 26 de fevereiro de 2027

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/11/04/calendario-de-novembro-2026.ghtml

13º salário deve ter primeira parcela paga até 30 de novembro; veja calendário

Adicione como fonte preferencial no Google

O 13º salário começa a ser pago neste mês. O trabalhador de carteira assinada deve receber a primeira parcela até o dia 30 de novembro, que cai numa segunda-feira.

Já a segunda e última parcela tem que ser paga até o dia 20 de dezembro. Como a data cai num domingo, o pagamento deverá ser antecipado para a sexta-feira, dia 18 de dezembro.

O salário extra é um direito assegurado pela legislação a todo trabalhador com carteira assinada. A partir de 15 dias trabalhados, o empregado já tem direito a receber o abono natalino, que também é pago quando se encerra o contrato de trabalho.

Segundo levantamento da TWO RH, os prazos lideram as dúvidas enviadas ao Google, com volume estimado de 27,1 mil buscas mensais.

Além da consulta sobre o cálculo, "quando cai a primeira parcela do décimo terceiro" soma aproximadamente 9,9 mil buscas mensais.

Na sequência aparecem "quando cai o décimo terceiro", com 8,1 mil; "quando cai a segunda parcela do décimo terceiro", com 6,6 mil; e "qual o valor do décimo terceiro", com 5,4 mil.

Calendário do 13º salário

Quem tem direito

O 13º salário é pago aos trabalhadores do mercado formal, inclusive aos empregados domésticos, aos beneficiários da **Previdência Social** e aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados e municípios.

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) já receberam antecipadamente. Apenas os novos segurados que entraram neste ano vão receber o 13º em novembro.

Tem direito ao 13º as pessoas com contrato de trabalho vigente, ou seja, aquelas pessoas que têm carteira assinada. E é obrigação do empregador pagar o abono natalino.

Como o 13º salário é calculado?

O valor corresponde a 1/12 da remuneração para cada mês trabalhado durante o ano. Para que determinado mês seja incluído no cálculo, o empregado precisa ter trabalhado por pelo menos 15 dias.

Quem trabalhou durante os 12 meses recebe o valor integral. Já o profissional contratado ao longo do ano tem direito ao pagamento proporcional. O cálculo básico consiste em dividir a remuneração por 12 e multiplicar o resultado pelo número de meses contabilizados.

Horas extras, adicional noturno, comissões e outras verbas de natureza salarial podem afetar o valor, conforme as regras.

Segunda parcela será antecipada

A primeira parcela, considerada um adiantamento, pode ser paga entre fevereiro e novembro. Em 2026, o prazo final será 30 de novembro, uma segunda-feira. Essa etapa geralmente corresponde à metade do valor estimado e não concentra os descontos previdenciários e tributários aplicáveis.

A segunda parcela possui prazo legal até 20 de dezembro. Como a data cairá em um domingo em 2026, o pagamento deverá ser antecipado para sexta-feira, 18 de dezembro, último dia útil anterior.

Na segunda parcela, são feitos o ajuste do valor total e os descontos de **INSS** e Imposto de Renda, quando cabíveis. Por isso, o segundo depósito normalmente é menor do que o primeiro. Acordos e convenções coletivas também devem ser consultados, pois podem estabelecer condições específicas para determinadas categorias.

Pergunta e resposta

1. Quem tem direito ao 13º salário?

2. Qual é o prazo de pagamento em 2026?

3. Como é feito o cálculo do valor?

4. Quais são os descontos em cada parcela?

5. O que acontece em caso de demissão?

O que o empregado precisa saber?

. A primeira parcelado 13° salário pode ser recebida por ocasião das férias. Neste caso, o empregado deve solicitar o adiantamento por escrito ao empregador até janeiro do respectivo ano.

. O 13° salário pode ser pago por ocasião da extinção do contrato de trabalho, seja esta pelo término do contrato, quando firmado por prazo determinado, por pedido de demissão ou por dispensa, mesmo ocorrendo antes do mês de dezembro.

. O empregado dispensado por justa causa não tem direito ao 13° salário.

. A partir de 15 dias de serviço, o empregado já passa a ter direito de receber o 13° salário.

. Aposentados e pensionistas do **INSS** também recebem a gratificação.

. O empregado que tiver mais de 15 faltas não justificadas no mês poderá ter descontado de seu 13º salário a fração de 1/12 avos relativa ao período.

. A base de cálculo do 13° salário é o salário bruto, sem deduções ou adiantamentos, devido no mês de dezembro do ano em curso ou, no caso de dispensa, o do mês do acerto da rescisão contratual.

. Se a data limite para o pagamento do 13° salário cair em domingo ou feriado, o empregador deve antecipá-lo. Se não o fizer, está sujeito a multa.

. O empregador não tem a obrigação de pagar a todos os empregados no mesmo mês, mas precisa respeitar o prazo legal para o pagamento do 13° salário, ou seja, entre fevereiro e novembro.

Fonte: TST

Busque no R7

Site: https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/13-salario-deve-ter-primeira-parcela-paga-ate-30-de-novembro-veja-calendario-04112026/

Imposto Seletivo vai ao Congresso

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo encaminha hoje ao Congresso Nacional a medida provisória que regulamenta a criação do Imposto Seletivo e estabelece a regra de transição para a substituição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o texto da MP já está na Casa Civil e deve ser apreciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de seguir para as casas legislativas.

Segundo o ministro, o novo tributo exigiu uma readequação técnica na cobrança por conta da retirada de **tributos** estaduais da base de cálculo. "Tem um ajuste de base porque o ICMS está dentro da base de cálculo do IPI. Quando a gente expurga para limpar a base de cálculo do novo tributo, que é o Imposto Seletivo, você tem um ajuste na alíquota a ser feito" explicou.

Criado pela **reforma tributária**, o chamado "imposto do pecado" incidirá sobre produtos como bebidas alcoólicas, refrigerantes e meios de transporte - automóveis, embarcações e aeronaves.

A cobrança do Imposto Seletivo ficará sujeita à regra da noventena, que exige que a medida seja publicada 90 dias antes do início da cobrança. Significa que, para entrar em vigor em 1° de janeiro de 2027, a o texto precisaria ter sido editado até o começo de outubro. Caso seja enviada neste mês, como comunicou o titular da Fazenda, a cobrança passará a valer apenas em fevereiro do próximo ano.

Para resolver a questão, a equipe econômica vai enviar uma proposta ao Congresso, prorrogando a cobrança do IPI aos setores que passarão a ser taxados com o novo tributo. Segundo Durigan, a extensão do IPI foi acordada com os segmentos e valerá apenas para janeiro. "Fiz um acordo com todos os setores impactados pelo Imposto Seletivo e os setores têm acordo em manter a carga do IPI. Isso foi feito a várias mãos com os setores, que deram esse ok para que a gente

siga em comum acordo agora para o Congresso" frisou.

O envio de uma proposta é necessário porque o IPI terá alíquota reduzida a zero para quase todos os produtos a partir de 2027. A cobrança será mantida apenas para preservar a competitividade da Zona Franca de Manaus.

Ajuste fiscal

Na conversa com os jornalistas, o ministro da Fazenda também respondeu sobre as cobranças que o governo vem sofrendo pela redução de gastos. Ele defendeu um ajuste fiscal "gradual" e negou que esteja em estudo qualquer medida para intervir na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,25% ao ano.

"Estamos tratando de um ajuste gradual que respeite os compromissos de campanha, que seja

justo em relação aos mais pobres" disse o ministro. Em seguida, Durigan chamou de "incipiente" a ideia sustentada pelo economista André Lara Resende de colocar a Selic em 7,5% e utilizar recursos das reservas internacionais brasileiras para eventuais descontroles no câmbio.

"Não é uma proposta a ser avaliada ainda. E tem várias deficiências, do meu ponto de vista, vários problemas que estão colocados e que eu mesmo, a minha equipe vai poder conversar com ele, com outros economistas, como já temos feito, mas não há nada nesse sentido sobre a mesa. É importante deixar claro" enfatizou.

A ideia de reduzir a taxa de juros por iniciativa do Executivo é uma bandeira sustentada por aliados de Lula, entre os quais estão integrantes do PT, como a ex-ministra Gleisi Hoffmann. "Artigo

de André Lara Resende, publicado em 25 de setembro, é fundamental para enfrentar essa ofensiva terrorista sobre a política fiscal brasileira", escreveu Gleisi, ao compartilhar nas redes sociais o texto escrito por Lara Resende, um dos economistas responsáveis pelo Plano Real.

A proposta de Lara Resende foi defendida pelo ex-presidente da Petrobras e um dos coordenadores do plano de governo de Lula, o economista José Sérgio Gabrielli. "Merece atenção especial a proposta de André Lara Resende de criação de um mecanismo mais amplo do que o CMN (Conselho Monetário Nacional) para coordenar a política monetária e fiscal no Brasil. O pior dos mundos é a situação de conflito de objetivos entre as duas políticas no curto prazo" escreveu. "A política fiscal deve ser suficientemente flexível para se ajustar a

um cenário de redução, bem como de crescimento da economia" acrescentou.

Lindbergh Farias (PT-RJ), vi-ce-líder do governo na Câmara, questionou por que a decisão sobre a Selic pode ser impactada pelo aumento da curva de juros futuros diante da vitória de Lula e sustentou que essa taxa deveria ser decidida pela "economia brasileira, não pelo humor do mercado financeiro".

"É sério que da sexta-feira antes do segundo turno até aqui o mercado alterou completamente suas projeções em relação à taxa básica de juros? Quer dizer que se Flávio Bolsonaro tivesse sido eleito a redução seria de 0,5% ainda este ano e com a eleição de Lula é ZERO, vão manter os atuais 13,75%? É escandaloso! Não há nada de técnico nisso. Estão fazendo política e sabotando a nossa economia" publicou.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/04/all.pdf

Alíquota de 11,3% da CBS em debate na CAE

» LUÍZA ALTOÉ

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) agendou para a próxima terça-feira, a audiência pública que vai discutir a alíquota de 11,3% fixada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para calibrar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O Senado precisa validar ou não essa taxa até o dia 15 de dezembro, por meio de resolução.

Designado ontem relator do projeto de resolução, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), antecipou que os parlamentares não estão satisfeitos com a taxa calculada pelo TCU. "Todos nós fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3% na CBS e vamos com responsabilidade aprofundar" destacou Braga.

A alíquota de 11,3% ficou acima dos 9,21% projetados pelo Ministério da Fazenda. Diante dessa

diferença, Braga pediu explicações sobre o método de cálculo. "Não era essa a previsão estabelecida pelos próprios estudos da **Receita Federal** e pelos próprios estudos encomendados à época ao Tribunal de Contas da União" defendeu.

A CBS vai substituir o PIS e a Cofins, **tributos** cobrados hoje sobre o consumo. Ela começa a valer em 2027, em fase de teste, e a transição segue até 2033. A alíquota de referência é o percentual que o TCU calcula para manter a arrecadação dos **tributos** substituídos.

O requerimento da audiência pública convoca autoridades do TCU, da **Receita Federal**, do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) e do Ministério da Fazenda. Também devem participar representantes da Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação Nacional

das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon) e da Fundação Ge-tulio Vargas (FGV).

A reunião de líderes, ontem, também definiu que Braga será o relator do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, cuja votação foi atrasada pela campanha eleitoral. "Nosso foco será garantir recursos para áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutu-ra e segurança, mantendo o compromisso com o equilíbrio fiscal e a responsabilidade com o dinheiro de cada brasileiro" disse Braga, no X.

Líder do MDB na Casa, Braga é aliado do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador já relatou propostas importantes para o Executivo, como a própria **reforma tributária** e sua regulamentação, além da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/04/all.pdf

Entidades querem adiar mudanças em tributos

Entidades tributárias defenderam a prorrogação do início da **reforma tributária** sobre o consumo de 2027 para 2028. Em carta aberta, as instituições manifestam "profunda preocupação" diante da ausência de definições essenciais e dificuldades operacionais que impediriam a preparação adequada dos contribuintes. Entre os pontos citados, as entidades apontam a falta de definição da alíquota da CBS aplicável a partir de 2027; elas criticam a previsão de divulgação em 15 de dezembro, o que deixaria pouco mais de duas semanas para as empresas avaliarem impactos, renegociarem contratos e revisarem preços.

Entre as entidades que assinam a carta, estão a Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) e a Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no **Carf** (Aconcarf).

MARIANA RIBAS

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

"CAIXA-PRETA" DA AMAZÔNIA

DANIEL BIASETTO daniel.biasetto@oglobo.com.br

Falhas no controle permitem "lavar" o ouro e a cassiterita que abastecem o mercado formal

Da página 1 Na contramão do aumento das operações de combate ao garimpo ilegal na Amazônia, o Estado brasileiro não tem um sistema efetivo de rastreabilidade capaz de atestar areal origem de minérios estratégicos como o ouro e a cassiterita. É oque apontam procuradores, peritos, geólogos e líderes do setor e da sociedade civil ouvidos pelo GLOBO. Para eles, o país ainda depende de documentos auto declaratórios. Sem checagem na origem, dizem, o mercado formal absorve minérios extraídos de Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação, abastecendo cadeias globais, das big techs às joalherias europeias.

A falta de um sistema de rastreabilidade levou o Ministério Público Federal (MPF) a ajuizar uma ação civil pública na Justiça Federal em Roraima contra a União e seis órgãos - entre eles, a Agência Nacional de Mineração (ANM), o Ibama e o Banco Central -, cobrando a criação de um sistema nacional de rastreamento da cassiterita, minério do qual se extrai o estanho. Esse metal é muito utilizado pela indústria, principalmente na fabricação de componentes eletrônico sena produção de ligas metálicas. Hoje, nenhuma autoridade consegue atestara origem de cada lote comercializado.

A ação é desdobramento da Operação Forja de Hefesto, da Polícia Federal, que revelou como mais de 525 toneladas de cassiterita extraídas da TI Yanomami foram "esquentadas" por uma cooperativa de fachada e vendidas a uma das maiores fundições de estanho do mundo. Convertido em lingotes certificados, o metal movimentou R$ 54 milhões rumo ao mercado internacional.

- O mesmo Estado que mobiliza forças de segurança para retirar garimpeiros das terras indígenas mantém aberta aporta comercial por ondes aio produto do garimpo - ressalta o procurador da República André Luiz Porreca Ferreira Cunha. - Enquanto o lingote produzido em área proibida valer o mesmo que o regular, cada desintrusão será seguida da recomposição das frentes de lavra.

Com atonelada do estanho acima de US $50 mil (R$ 270 mil) em 2026, impulsionada pela demanda das indústrias de tecnologia, o minério circula no país sem que sua origem seja efetivamente verificada.

LACUNA CIENTÍFICA

A ausência de ferramentas científicas para atestar a origem da cassiterita é um dos principais obstáculos para o combate às invasões territoriais.

Enquanto o projeto Ouro Alvo, da Polícia Federal, mapeia a assinatura isotópica do ouro, o estanho ainda não dispõe de um sistema de rastreio forense.

- Essa abordagem já está sendo feita para o ouro, de você entender a assinatura isotópica e a composição para caracterizar o mineral e associar a um determinado depósito. Começou a se falar da cassiterita, mas hoje não temos nada nesse sentido - explica Lúcia Travassos, geóloga do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

A falta de recursos científicos para identificar a procedência do minério também deixa o mercado formal vulnerável à compra de material de origem ilegal.

- Uma das questões centrais é garantir que as cadeias legais não sejam utilizadas para a lavagem do produto ilegal, algo complexo em materiais que podem ser fundidos, mascarando a origem. A principal resposta do setor é criar mecanismos de rastreabilidade - destaca Pablo Cesário, presidente

do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Com o ouro, a fragilidade segue padrão semelhante. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha derrubado a presunção de boafé dos compradores e a **Receita Federal** tenha tornado a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) obrigatória, o sistema ainda falha ao não verificar a origem do metal no início da cadeia.

"PERMISSÕES FANTASMAS"

A NF-e apenas registra a declaração do vendedor. Com isso, Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs) de áreas sem exploração são usadas para emitir notas fictícias e dar aparência de legalidade ao metal. Estudo do Greenpeace Brasil em 187 processos apontou que 30% das PLGs analisadas declaravam bilhões em ouro sem qualquer sinal físico de lavra nas imagens de satélite - os chamados "garimpos fantasmas".

-A ausência de rastreabilidade inviabiliza qualquer mecanismo de due diligence

(diligência prévia) das empresas. Não conseguimos responder para onde vai o ouro extraído de terras indígenas porque, no garimpo, é uma caixa-preta enorme - alerta Danicley de Aguiar, porta-voz do Greenpeace Brasil.

Sobre o Projeto de Lei nº 3.025/2023, que propõe marcação física e registro digital, Danicley adverte que simplificações regulatórias não substituem a validação técnica.

- Um sistema de rastreabilidade não pode partir de autodeclaração. A essência da lavagem via PLG é justamente a falta de pesquisa mineral prévia. Como se exige para a madeira um inventário florestal, é preciso exigir para o minério uma pesquisa mineral assinada por geólogo.

A etapa da primeira compra também é apontada como um ponto decisivo para impedir que o ouro ilegal entre na cadeia formal. Para Melina Risso, diretora de pesquisa do Instituto Igarapé e uma das coordenadoras

responsáveis por um relatório sobre a dinâmica da mineração artesanal e de garimpo na região andinoamazônica - Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru -, a fiscalização precisa alcançar distribuidores e compradores autorizados.

- Fiscalizar milhares de garimpeiros dispersos pelo território da Amazônia é inviável na prática; por isso, a primeira compra é o nosso grande gargalo estratégico. Se exigirmos que as distribuidoras e compradores autorizados façam uma verificação real da origem e utilizem pagamentos eletrônicos rastreáveis antes de liberar o dinheiro, tornamos a lavagem de ouro cara, demorada e arriscada, atacando diretamente a rentabilidade do crime organizado na região -afirma.

CORRIDA POR TERRAS RARAS

Enquanto persistem falhas na fiscalização, a Província Estanífera de Rondônia vive uma nova corrida mineral. A busca global por minerais críticos colocou os rejeitos acumulados em décadas de lavra no foco de empresas estrangeiras, atraídas pelo potencial de terras raras e pela possibilidade de reaproveitamento desses materiais.

- A exploração de cassiterita gerou um passivo ambiental expressivo. Nosso estudo demonstrou que esse rejeito é rico em terras raras e cassiterita, podendo ser reprocessado -avalia Lúcia Travassos. O reprocessamento abre a possibilidade de reduzir o passivo ambiental e criar novas frentes econômicas.

- A demanda traz algo positivo, que é a circularidade. Algo tido como rejeito passa a ter o retrabalho justificado para retirar o que ficou - aponta Paulo Leite, geólogo do SGB.

A perícia científica também tem sido utilizada para identificar a origem ilegal do ouro e subsidiar investigações e condenações. O programa Ouro Alvo permitiu a condenação do responsável por transportar 103kg de ouro bruto na BR-401, em Roraima - apreensão recorde de R$ 54 milhões. Como a perícia constatou mercúrio impregnado no metal, o MPF enquadrou o réu também em crime ambiental por transporte de substância tóxica, resultando em quase nove anos de prisão.

Para conter o garimpo, porém, é preciso alinhar a inteligência policial à atuação técnica da agência reguladora.

- A ANM tem papel fundamental: conhecimento técnico, mandato e competência para indicar os pontos de risco e orientar as forças policiais - ressalta Pablo Cesário, do Ibram.

Ele também critica a falta de fiscalização sobre as operações comerciais que permitem a circulação do minério ilegal:

- Precisamos de um funcionamento fiscal interessado em combater. Para um negócio desse tamanho funcionar, muita gente tem que fechar os olhos. A questão é: quantas e quais pessoas fecham os olhos para isso?

Na outra ponta, o controle da cadeia depende também da pressão sobre o mercado consumidor internacional.

- A palavra de ordem é cooperação internacional. O mercado consumidor precisa cooperar com o Brasil financiando tecnologia e criando seguranças reais para fechar as duas pontas do problema -conclui Aguiar.

A ação do MPF expõe o principal problema: sem um sistema de rastreabilidade obrigatório e baseado em critérios científicos, o combate ao garimpo ilegal na floresta continuará convivendo com a entrada de minérios de origem irregular na economia formal.

A ROTA DO MINÉRIO ILEGAL

Cassiterita ilegal

Operação da Polícia Federal revelou que 525

toneladas extraídas da Terra Indígena Yanomami foram legalizadas por uma cooperativa de fachada e vendidas a uma grande fundição internacional, movimentando R$ 54 milhões. Em setembro, a Justiça determinou o congelamento de R$ 146 milhões do patrimônio de 4 empresas envolvidas.

Ouro sem rastro

Mesmo após mudanças nas regras de comercialização, notas fiscais baseadas na declaração do vendedor permitem a legalização de ouro de origem desconhecida. Estudo do Greenpeace identificou indícios de irregularidades em 30% de 187 permissões de lavra analisadas.

Fiscalização insuficiente

A falta de tecnologia para identificar a origem dos minérios e de integração entre órgãos de controle mantém abertas as brechas para a lavagem, apontam especialistas. Ao mesmo tempo, a demanda global por minerais críticos estimula novas frentes de exploração, inclusive de rejeitos ricos em terras raras em Rondônia.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

"Fomos pegos de surpresa" com CBS, diz senador

LUÍSA MARZULLO luisa.castro@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **Reforma Tributária** no Senado, quer "aprofundar debate" sobre alíquota do novo IVA. TCU calculou a CBS, porção federal do novo imposto, em 11,3%, taxa que foi considerada elevada

Da página 1 O senador Eduardo Braga (MDB-AM), que relatou a **Reforma Tributária** no Senado, afirmou ontem que foi surpreendido pela alíquota de referência de 11,3% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo tributo federal que substituirá PIS, Cofins e IPI a partir de 2027. Braga declarou a surpresa durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou um requerimento de audiência pública para discutir o percentual do novo tributo antes de sua definição pelo Senado.

A alíquota foi calculada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que anunciou o resultado da conta na última quarta-feira. Estimativas anteriores apontavam para uma CBS de 9,21%.

A diferença levantou questionamentos sobre a carga tributária do novo sistema, que também prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal -um dos princípios da **Reforma Tributária** é manter a carga, ou seja, que os novos **tributos** unificados arrecademo mesmo montante arrecadado pelos **impostos** que serão substituídos.

- A minha preocupação sobre a alíquota está presente desde que aprovamos a **Reforma Tributária**. Todos nós fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3% para a CBS. Vamos, com responsabilidade, aprofundar esse debate - afirmou Braga, que será o relator do projeto de resolução que tratará da alíquota na Casa.

O senador defendeu que representantes do TCU, da **Receita Federal** e dos contribuintes sejam ouvidos para esclarecer os fundamentos técnicos do cálculo. Braga foi indica dopara relatara matéria no Senado, quete ma té 15 de dezembro par afixara alíquota de referência por meio de resolução. Caso não haja deliberação dentro do prazo, prevalecerá o percentual calculado pelo TCU.

MESMA CARGA

A alíquota foi estabelecida visando preservar a arrecadação federal durante a substituição dos **tributos** atuais, conforme o princípio da reforma. Para chegar ao percentual, os técnicos consideraram dados históricos de arrecadação, projeções econômicas e os efeitos de regimes diferenciados e benefícios fiscais previstos no novo sistema.

A CBS integra o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, formado também pelo IBS. Em estimativa anterior, a soma dos dois **tributos** chegaria a 27,91%, considerando uma CBS de 9,21% e um IBS de 18,70%. Com o novo cálculo da parcela federal pelo TCU, a soma hipotética desses percentuais se aproximaria de 30%, embora a alíquota do IBS ainda dependa de definição.

Embora a alíquota da CBS calculada pelo T CU tenha ficado acimado esperado inicialmente-oques us citou críticas por parte do empresariado, que verá os preços ao consumidor de bens e serviços ficarem potencialmente mais caros -, para a área econômica do governo, o percentual está dentro da faixa em que os técnicos vinham trabalhando e parece mais alinhado às projeções de arrecadação do governo e à necessidade de equilíbrio das contas públicas.

Na prática, o nível da alíquota da CBS é resultado da quantidade de exceções definidas pelos parlamentares na tramitação da emenda constitucional da **Reforma Tributária**.

TAXA É REFERÊNCIA

As taxas da CBS e do IBS -e, somadas, a taxa final do IVA - são a referência. Como uma porção de bens e serviços terá alíquota zero ou reduzida, conforme as exceções, o percentual médio do IVA efetivamente cobrados dos consumidores ficará abaixo disso. Nas contas do Ministério da Fazenda, a alíquota média efetiva da CBS ficará abaixo de 8,5%. A questão é que, quanto maior o número de exceções, maior tem ques era alíquota de referência param antero nível de arrecadação inalterado.

Por outro lado, a emenda constitucional da reformatem trava de 26,5% para a alíquota do IVA em 2032,

quando a transição estará completa. Caso a taxa necessária para manter a arrecadação supere esse nível, alei diz que precisam ser alterados os regimes especiais e as isenções para que o limite seja cumprido -ou seja, o número de bens e serviços com alíquota zero ou reduzida terá que diminuir.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Envelhecimento vai pressionar saúde, alerta Tesouro

O Tesouro Nacional afirmou nesta terça-feira (3) que o envelhecimento populacional do Brasil vai gerar forte pressão nas despesas relacionadas à saúde ao longo dos próximos dez anos. De 2026 a 2036, o gasto acumulado com saúde decorrente das mudanças demográficas será de R$ 121,6 bilhões, a preços de 2025. Por outro lado, o efeito será favorável no custeio da educação, com a diminuição do número de jovens. A economia será de R$ 30 bilhões, o que gera aumento líquido de R$ 91,6 bilhões entre as duas áreas ao longo da próxima década.

Os cálculos, que fazem parte do Relatório de Riscos Fiscais, foram feitos comparando, de um lado, as mudanças projetadas para a pirâmide demográfica e, de outro, um cenário em que não há mudanças na pirâmide.

Segundo o relatório, para cada R$ 1 concedido de aumento do salário mínimo, o impacto fiscal líquido nas contas públicas federais será de R$ 405 milhões em 2027. De acordo com o relatório, esse aumento de R$ 1 no salário mínimo teria impacto de R$ 308,4 milhões nos gastos dos benefícios previdenciários, R$ 74 milhões no Benefício de Prestação Continuada (BPC), R$ 20 milhões no abono salarial e R$ 10,2 milhões no seguro-desemprego.

De acordo com Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), levando em conta o reajuste do salário mínimo previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o impacto fiscal para a União será de R$ 49 bilhões em 2027. O PLOA eleva o salário mínimo de R$ 1.621 para R$ 1.741. Dos R$ 49 bilhões, R$ 17 bilhões dizem respeito ao ganho real do mínimo.

"Esse custo não se esgota em 2027. O novo valor do mínimo passa a ser base dos reajustes seguintes", diz o diretor da IFI, órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado.

O relatório do Tesouro também mostra que o salário mínimo e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) corrigem cerca de 51,9% das despesas primárias da União, entre Previdência, BPC, abono e seguro-desemprego. Para o diretor da IFI, como essas despesas estão dentro do limite do arcabouço fiscal, cada real a mais gasto com elas tira espaço das despesas discricionárias, como custeio e investimentos. "A valorização do salário mínimo é uma escolha legítima, mas torna o ajuste [fiscal] pela despesa mais difícil", diz Andrade.

O relatório do Tesouro informa ainda que 94,6% da receita primária está sujeita à volatilidade do Produto Interno Bruto (**PIB**) real, da **inflação**, da massa salarial, do câmbio, dos juros ou do preço do petróleo. A variação de 1 ponto percentual no **PIB** resulta em R$ 16,6 bilhões de efeito positivo ou negativo sobre a arrecadação administrada pela **Receita Federal**. Uma oscilação de mesma magnitude da **inflação** tem impacto de R$ 15 bilhões nas receitas.

CBS e IBS devem ter nova regra em breve

A versão 2.0 do regulamento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), os novos **tributos** sobre o consumo estabelecidos pela **reforma tributária**, deverá ser publicada na próxima semana, informou nesta terça-feira (3) a **Receita Federal**. A ausência desse documento é uma das pendências apontadas por especialistas ouvidos pelo Valor em reportagem publicada na terça-feira (3).

Na reportagem, tributaristas colocam em dúvida se, diante da falta de documentos, sistemas e orientações, será possível migrar para o novo sistema tributário

o em 1 de janeiro, como previsto na reforma, que mexeu na Constituição Federal.

"Não é possível presumir uma mudança constitucional", afirmou a **Receita Federal** em nota. "A orientação institucional permanece pela implementação conforme cronograma constitucional."

A Receita acrescenta que "a implementação está avançando, os instrumentos normativos continuam sendo entregues, as soluções tecnológicas estão em desenvolvimento e o país dispõe da experiência acumulada de mais de duas décadas de digitalização tributária para assegurar uma transição segura, previsível e bem-sucedida".

O órgão afirmou, ainda, que foi instituído um programa de conformidade "prestigiando a boa-fé das empresas, afastando penalidades para os contribuintes que agirem com transparência e adesão às normas já publicadas".

Tributaristas mencionaram dúvida sobre o funcionamento da chamada apuração assistida, que é uma espécie de declaração pré-preenchida da CBS e do IBS. Nesse sistema, a Receita vai apresentar os créditos e débitos do contribuinte. Porém, não há como o contribuinte corrigir essa informação. Ele pode apenas validá-la ou não.

Em resposta, a Receita diz que estão sendo promovidos ajustes no sistema, de forma a permitir correções. A primeira versão estará disponível para a apuração de janeiro de 2027, acrescenta.

Outro problema apontado foi o risco de haver interpretações divergentes envolvendo a CBS e o IBS. A Receita afirma que as estruturas federais de julgamento administrativo já estão preparadas para analisar recursos relativos à CBS. O órgão também trabalha com o Comitê Gestor do IBS, formado por representantes de Estados, Distrito Federal (DF) e municípios, no compartilhamento de soluções de consulta, por meio de sistemas comuns, para buscar a uniformização dos entendimentos administrativos.

Na esfera judicial, a Receita argumenta que a legislação processual brasileira já dispõe de mecanismos para solucionar eventuais conflitos de competência entre juízes e divergências de interpretação, com o objetivo de preservar a segurança jurídica durante a transição e evitar conflito de decisões.

Também foi ressaltado pelos especialistas o fato de nem todas as prefeituras estarem preparadas para emitir notas fiscais no novo sistema. Segundo a Receita, os municípios estão em processo gradual de adesão. "Atualmente, 5.571 entes federativos (municípios e também o Distrito Federal) aderiram ao convênio da NFS-e Nacional (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica), dos quais 5.466 já estão ativos e operacionais no sistema, o que representa 98% dos municípios brasileiros", informa a Receita.

Um especialista apontou para a ausência de modelos para emissão de notas fiscais para aluguéis e contas de água, energia elétrica e gás. Segundo a Receita, esses modelos já estão disponíveis.

Foi chamada a atenção ainda para a indisponibilidade de dados do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), que é uma espécie de "CPF dos imóveis", obrigatório nas transações a partir do ano que vem. Dados da Receita mostram que ele não está completo. O órgão diz que 3.356 municípios aderiram ao cadastro, entre eles todas as capitais, exceto Macapá (AP). Já foram emitidos mais de 24,5 milhões de CIBs.

Foi apontada ainda insegurança em relação à alíquota de 11,3% calculada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a CBS, em análise pelo Senado. Em resposta, a Receita diz que se trata de uma alíquota de referência, destinada a garantir neutralidade arrecadatória, mas "não corresponde à carga tributária efetiva suportada pelos contribuintes". A carga efetiva, diz, depende dos créditos tributários gerados ao longo da cadeia, da aplicação ou não de regimes favorecidos e reduções de alíquotas, entre outros fatores.

Uma evidência que a implementação da reforma está avançando, diz a Receita, é a quantidade de

documentos fiscais emitidos já no novo sistema. Eram 3,6 bilhões de documentos até o último dia 2, o que corresponde a 86,9% do total. Os dados estão em um painel que mostra, por outro lado, que 23,4% dos estabelecimentos emissores de nota fiscal ainda não informam CBS e IBS e outros 27% o fazem de forma parcial.

Ministros do STJ autorizam dedução de bônus do IRPJ

"Empresas devem analisar a possibilidade de judicialização da questão" Rodrigo Taraia

Cinco recentes decisões de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizaram o abatimento de bônus e outras formas de remuneração variável do Imposto de Renda (IRPJ). Em todas elas, os julgadores afastaram a exigência da **Receita Federal**, para a dedução, de que a remuneração paga a diretor estatutário, administrador ou conselheiro seja fixa e mensal.

As decisões monocráticas (de um só ministro) são importantes porque ainda não existem muitos julgados sobre o tema no tribunal superior. Os casos decididos por ministros da 1ª Turma seguem julgamento feito pelo colegiado em 2022. O mérito ainda não foi julgado de forma colegiada pela 2ª Turma.

Em 2022, na 1ª Turma, seguindo relatoria da ministra Regina Helena Costa (REsp 1746268), os ministros permitiram a dedutibilidade, na apuração do IRPJ pela sistemática do lucro real, da soma destinada ao pagamento de montante em razão da prestação de serviços de administradores e conselheiros, que não corresponda a valor mensal e fixo.

Na decisão, a ministra considerou que a exigência de que os valores sejam mensais e fixos vem atrelada, em decisões na esfera administrativa, por exemplo, à ideia de que, sem a limitação, "qualquer coisa" caberia no conceito de remuneração. Para a ministra, contudo, essa ideia, em geral, está atrelada à categoria de valores pagos a sócio-gerente (proprietário da empresa), e não a administrador profissional (que tem vínculo de subordinação), que não detém governabilidade sobre a própria remuneração, conforme as normas societárias.

Para a relatora, não é necessário que a lei preveja a dedutibilidade daquilo que não se compatibiliza com a própria materialidade do IRPJ. "A indedutibilidade de despesa é que enseja previsão legal", afirmou ela, explicando que seria uma exceção tendo em vista as previsões da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional (CTN). "Tal circunstância traduziria aumento indireto de tributação."

Na 1ª Turma, os ministros Paulo Sérgio Domingues, Sérgio Kukina e Benedito Gonçalves aplicaram o precedente para autorizar a dedução de remunerações variáveis e eventuais (REsp 2219045, REsp 2267158 e REsp 2265726). Domingues e Kukina já haviam decidido da mesma forma em 2023 (REsp 1745987 e REsp 1742044) fazendo referência ao precedente do colegiado.

Na 2ª Turma, o ministro Teodoro Silva Santos seguiu a mesma linha (REsp 2229664), mas por questão processual. O ministro Marco Aurélio Bellizze também decidiu de forma favorável ao contribuinte, analisando o mérito (REsp 2288778).

O caso julgado por Santos chegou ao STJ por divergir de precedentes da Corte. O ministro não analisou o mérito por considerar que a Fazenda Nacional não impugnou, de forma direta e específica, os fundamentos da decisão, não demonstrando, por exemplo, a inexistência de entendimento dominante sobre a matéria, ou apresentando precedentes aptos a evidenciar a superação ou a revisão da jurisprudência citada.

Já Bellizze analisou o mérito e citou os precedentes da 1ª Turma. Segundo o ministro, a pretensão do recurso vai ao encontro de julgados do STJ que apontam para a tese da possibilidade de, na apuração do lucro real, deduzir-se a remuneração pela prestação de serviços de administradores e conselheiros, ainda que não corresponda a montante mensal e fixo.

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que segue recorrendo das decisões que afastam a limitação da dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ das remuneração

de diretores, conselheiros e administradores que não sejam fixas. Para o órgão, esses pagamentos caracterizam-se como distribuição disfarçada de lucros, não constituindo despesa necessária e usual das empresas.

A PGFN destaca que o único precedente colegiado de mérito sobre o tema no STJ é da 1ª Turma (REsp 1746268), por "apertada maioria de votos". A procuradoria destaca que, em outro julgamento, posterior, a mesma turma entendeu que "as gratificações ou participações nos lucros ou resultados pagas aos diretores, enquanto dirigentes de pessoa jurídica, devem ser adicionadas ao lucro líquido do

exercício para efeito de estabelecer o lucro real, base imponível da CSLL e do IRPJ" (REsp 1948478/SP).

No caso, que tratava de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), prevaleceu o voto do ministro Gurgel de Faria, acompanhado por Kukina e Domingues, em julgamento realizado em 2023. Para Gurgel, a dedutibilidade de custos e despesas é regra, que dispensa previsão legal. Por outro lado, acrescentou, a indedutibilidade deve ser observada quando estiver expressa em lei.

Leandro Cabral, sócio do escritório Velloza Advogados Associados, destaca, porém, que o precedente contrário da 1ª Turma trata de tese distinta. O advogado explica que o julgado se refere a PLR, enquanto o julgamento em que prevaleceu o voto da ministra Regina Helena Costa trata de remuneração variável.

O advogado aponta que, na esfera administrativa, muitas vezes o tema é resolvido no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) com base no entendimento de que incide contribuição previdenciária sobre valores de PLR pagos a diretores estatutários, por causa da aplicação de uma súmula, que não trata de dedutibilidade.

"Na dedutibilidade, a tendência no **Carf** é manter a autuação fiscal por considerar que apenas pagamentos aos empregados seriam dedutíveis", afirma o advogado tributarista.

Rodrigo Taraia, sócio do BMA Advogados, ressalta que, apesar de as monocráticas serem uma boa sinalização, ainda não é possível falar em consolidação de jurisprudência favorável ao contribuinte. Taraia lembra que o ministro Gurgel de Faria, da 1ª Turma, vota contra o contribuinte. Mas se a questão

chegar à 1ª Seção, por exemplo, acrescenta, o mesmo ministro, por ser presidente do colegiado, só votaria em caso de empate.

Ainda segundo Taraia, até agora, o que a composição das turmas indica é uma virtual maioria prócontribuinte, mas apenas na 1ª Turma. O ministro Sérgio Kukina, inclusive, que decidiu monocraticamente a favor do contribuinte, tinha acompanhado Gurgel de Faria no julgamento de 2022, em que ficaram vencidos. Além disso, embora haja uma decisão favorável de Benedito Gonçalves, o ministro não faz mais parte da 1ª Turma, e a posição de seu sucessor, Herman Benjamin, ainda é desconhecida.

Também é desconhecida a opinião da maioria dos ministros da 2ª Turma, lembra Taraia, na qual só existe um precedente com mérito favorável até agora, de autoria de Marco Aurélio Bellizze. "Embora o tema seja relevante e sensível para as empresas, ainda não é possível falar em entendimento consolidado sobre o tema", diz o advogado. Segundo ele, as empresas devem analisar a possibilidade de judicialização da questão, "especialmente considerando o risco de modulação de efeitos que tem sido cada vez mais presente no STJ".

Defesa de Flávio tenta revogar ordem de Moraes sobre passaportes

FELIPE DE PAULA FAUSTO MACEDO

A defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL) pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que revogue a ordem de entrega dos passaportes do parlamentar, determinada após pedido da Polícia Federal feito sete minutos depois de o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) confirmar sua derrota na disputa presidencial.

O senador é investigado por suspeita de participação em um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo bets estrangeiras e empresas ligadas ao advogado Willer Tomaz. Flávio descumpriu a determinação de Moraes e deixou o Brasil usando um passaporte italiano. O senador, a mulher e as duas filhas chegaram aos Estados Unidos na última quarta-feira, a bordo de um jato particular que pousou em Miami, na Flórida.

A família saiu do território brasileiro por via terrestre e embarcou em Puerto Iguazú, na Argentina. A defesa do senador sustenta que as suspeitas em torno de Willer já são apuradas na Operação Sem Desconto, que investiga fraudes no **INSS**, sob relatoria do ministro André Mendonça.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Posse de Lula aquece setor hoteleiro

» MILA FERREIRA » LUIZ FELLIPE ALVES

Pela primeira vez, a posse presidencial vai ocorrer em 5 de janeiro, e não mais no dia 1°, como era de praxe até as últimas eleições. A alteração da data tem favorecido o setor hoteleiro, que espera 100% de ocupação em todos os hotéis da região central.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal (ABIH-DF), Henrique Severien, avalia que a mudança foi positiva. "A demanda chegou com mais antecedência. Além disso, a nova data permite uma adesão maior, uma vez que foge do conflito com o réveillon" explica. "Somente na semana após o segundo turno foram feitas 150 reservas no Ibis Style Aeroporto, por exemplo" completa.

A gerente geral do Gran Mercure, Adriana Pinto, comenta que a demanda teve um expressivo aumento de buscas para janeiro. A expectativa é alta para que haja ocupação completa de todos os quartos. "Para os dias 4 e 5, já estamos perto de 90% de ocupação. Com certeza ficará com 100% e negaremos reservas" afirmou. Ela também confirma que os quartos mais em conta esgotaram primeiro, sobrando as suítes mais caras.

A busca por quartos também foi uma surpresa para Fernando Kanbara, gerente geral do B Hotel. Ele conta que, analisando dados de 2025, as reservas e buscas tiveram um expressivo aumento. "De acordo com nosso histórico, podemos afirmar que a procura quadruplicou. O período de eleições e de posse naturalmente gera uma demanda diferente em Brasília e esse movimento já começou a aparecer nas reservas", afirma.

Com a movimentação turística prevista na capital, a tendência, segundo Riezo Silva, é de que Brasília terá um incremento de sua economia durante a época da posse. "Irá ter uma movimentação muito grande ligado a prestação de serviços, principalmente, porque vai unir com o réveillon" destacou. O especialista também ressalta que a movimentação pode ser parecida com grandes shows, como o da cantora Madonna, no Rio de Janeiro, em 2024.

Para o secretário de Turismo do DF, Bernardo Antunes, a capital do país tem o necessário para comportar um evento deste tamanho. "Somos uma capital segura e organizada para receber grandes eventos. Brasília está preparada para receber quem vier à capital acompanhar a posse do próximo presidente", destaca.

Passagens mais caras

Apesar da alta expectativa com o evento, turistas de outros estados têm relatado dificuldades em reservar quartos e comprar passagens por conta do alto custo dos bilhetes. Mariana Alves, de 24 anos, conta que começou a pesquisar passagens e locais de acomodação ainda durante a apuração do segundo turno. "Minha mãe até consultou o programa de milhagens dela, e já estava bem alto, uma quantia mais fora do que a média de milhas para Brasília"" diz. Mariana também lembra que, da outra vez que veio a Brasília, pagou cerca de R$ 400 nas passagens de ida e volta, e agora, a passagem mais em conta supera a casa de R$ 1.000.

Ainda sem uma decisão concreta se o investimento vale a pena, Mariana relata que cogitou outras opções, como hospedar-se na casa de uma amiga ou abdicar do conforto do avião para cair na estrada. "Pensamos até em fazer o trajeto de São Paulo a Brasília de carro, mas entrou em jogo o preço da hospedagem, que também está bem cara" contou. Apesar das dificuldades que têm encontrado, ela não quer perder a oportunidade de vivenciar um momento histórico. "Ainda não desisti completamente. É um momento que queremos muito viver presencialmente. Talvez vá só, uma viagem em família já fica mais caro, mas ainda não batemos o martelo definitivamente", acrescenta.

Sobre os preços altos, Mariana acredita que é a lógica do mercado agindo. "Eu acho que é justificável (o preço de hospedagem e passagem). Sabemos que é assim

que funciona a lei da oferta e da procura para todo grande evento", opinou.

Morando em Recife, Daniela Gonçalves, 27, tem estadia fixa em Brasília. Uma vez por ano, ela vem visitar a família. Antecipando sua vinda para Brasília, ela também começou a pesquisar passagens no segundo turno. Entretanto, apesar da animação, o valor da ida e volta. "A ida e volta, em um dia bom, consigo pagar R$ 800. Depois da apuração, o valor estava por R$ 2,3 mil"" diz.

Com o preço alto, ela decidiu não comprar no dia, esperando que o valor fosse diminuir. Entretanto, com o passar do tempo, as opções ficaram cada vez mais

cara, inclusive voos com escala. "Olhei recentemente, alterei as datas e o valor duplicou. Encontrei viagens que chegam até R$ 5 mil. Com escala, o valor está entre R$3,5 e R$ 3,9 mil. Eu fiquei chocada" lamenta.

Apesar de querer muito participar da posse, Daniela pensa em desistir da viagem por causa do alto custo. "Com o preço que está aparecendo, eu consigo comprar uma passagem para a Europa"" enfatiza. Ela ainda ressalta que o trecho de duas horas entre

Recife e Brasília não justifica o preço. "Os valores estão exorbitantes. Tem quase 20 anos que vou visitar meu pai em Brasília, e nunca vi uma passagem custar tão caro" ressalta.

O cenário se repete para Malu Patrício, 25, e sua família. Ela sairia de São Paulo e seus parentes de Belém, aumentando ainda mais as despesas. "Estamos buscando formas de nos encontrarmos para diminuir os custos. Ainda não compramos, mas vimos que está mais caro que o normal, e talvez isso impossibilite a nossa ida" conta.

O planejamento da família é passar quatro dias em Brasília, mas eles ainda não reservaram hotel ou confirmaram a passagem. "Com todos os integrantes, o valor passaria dos R$ 3 mil, as passagens ficariam acima de R$ 5 mil por pessoa. Estamos torcendo para os valores diminuírem em breve, em alguma promoção de Black Friday" aposta. Com os empecilhos encontrados, Ma-lu afirma que outros planos estão sendo traçados para tentar assistir a posse. "Estamos procurando de tudo, hospedagem fora do Plano, por exemplo, para

conseguirmos presenciar esse momento tão histórico", conclui.

Preço das hospedagens

Com a aproximação do evento, o deputado federal eleito Fábio Felix (Psol) acionou, ontem, o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) contra os preços de hotéis para a data da posse presidencial. Levantamento do deputado federal eleito identificou diárias de até R$ 12,5 mil e preços até 23 vezes maiores durante a posse presidencial. Trezentas e sessenta ofertas de hospedagens em plataformas como Booking.com e Airbnb identificaram expressivas diferenças entre os preços cobrados na noite da posse e na semana seguinte.

"É um absurdo que pessoas que querem vir a Brasília acompanhar a posse do presidente Lula encontrem diárias de hotéis custando mais de R$ 12 mil. O aumento da procura não pode servir de justificativa para cobranças abusivas. Queremos que o Ministério Público investigue e tome providências para proteger os consumidores" afirma Fábio Felix.

Na representação, o deputado solicita a investigação dos critérios de formação dos preços e das justificativas econômicas para os aumentos. O documento destaca que o Código de Defesa do Consumidor proíbe a elevação de preços sem justa causa. "Brasília vai receber pessoas de todo o país para um momento importante da nossa democracia. Não podemos permitir que elas sejam prejudicadas por preços injustificáveis" conclui o parlamentar.

Apesar da movimentação do deputado, até o presente momento não foram feitas denúncias formais junto ao Procon, somente pedidos de dados igual o solicitado.

O preço das diárias de hotéis variam de acordo com a oferta e demanda, época do ano e eventos na localidade. Mas não pode ser praticado um aumento arbitrário e vultuoso sob pena de incorrerem práticas abusivas tipificadas no Código de Defesa do Consumidor: elevar sem justa causa o preço de serviços; e exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva. A orientação do órgão é que, caso os consumidores verifiquem preços muito acima dos padrões cobrados em outras datas similares, registrem denúncia no Procon para que ocorra a apuração da situação.

O presidente da ABIH-DF, Henrique Se-verien, explica que há diferentes categorias de hospedagem. "Existem suítes especiais, que custam caro. Estamos em um período delicado, onde **reforma tributária** passa a valer com alíquotas declaradas, o que onera bastante a operação", diz.

O economista e professor universitário Riezo Silva acrescenta que a rede de hotelaria do DF ainda carece de espaços suficientes para acolher grandes públicos. "É um modelo bem parecido com a aviação. Tem os primeiros quartos com o preço mais acessível e, conforme a demanda vai aumentando, os preços também sobem", pondera.

Silva também afirma que em eventos de grandes proporções, os preços tendem a aumentar. O professor comenta que, no início, não há abuso por conta dos preços altos, mas o consumidor deve atentar-se para evitar pagar um valor abusivo. "A pessoa ainda tem opções em outros lugares mais afastados do Plano Piloto. Caso houvesse apenas opções no Plano Piloto e as pessoas detentoras de hotel colocassem preços em bem altos abusivos, como aconteceu na COP30 em Belém, no ano passado, seria viável acionar o Procon" afirma.

Apesar de não existir um dispositivo jurídico que

imponha um teto nos preços cobrados pelos donos de hotéis ou pousadas, Riezo Silva explica que o mercado segue a tendência do sistema capitalista. Entretanto, as próprias associações estabelecem limites para os preços. "O estabelecimento tem a liberdade de pedir o valor que ele quiser dentro daquilo que a gente conversou, se tiver demanda, se tiver alguém para buscar e comercializar esse leito, ele vai comercializar", ressalta.

Leia mais sobre Turismo na página 14

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/04/all.pdf

Risco fiscal tem queda em 2025, mas segue elevado

"Com o gasto com sentenças projetado em 4,5% da despesa primária em 2026, risco judicial pode voltar a pressionar as contas" Jeferson Bittencourt

O Tesouro Nacional diminuiu de R$ 5,09 trilhões em 2024 para R$ 4,87 trilhões em 2025 os riscos fiscais estimados para a União. O valor representa eventos com possíveis impactos sobre as contas públicas federais e que estão "fora do controle" do governo, principalmente gastos com precatórios. As informações constam no Relatório de Riscos Fiscais da União (RRFU), divulgado nesta terça-feira (3).

Quase metade (47%) dos riscos se deve às ações judiciais contra a União. Esse estoque somava R$ 2,27 trilhões em 2025. No cálculo mais recente, de junho deste ano, o valor havia caído para R$ 2,19 trilhões. O Tesouro também classificou R$ 888,8 bilhões como riscos ligados a entes federativos (Estados e municípios), R$ 708,3 bilhões à dívida ativa, R$ 336,6 bilhões a garantias da União e R$ 300 bilhões a fundos constitucionais.

Os valores têm probabilidades que variam entre "remoto", "possível" e "provável". O Tesouro Nacional diz que, dos R$ 2,19 trilhões de estoque de demandas judiciais, R$ 562 milhões são tratados como risco provável e R$ 1,62 trilhão como risco possível.

As ações judiciais de risco "provável" são provisionadas, com impacto no balanço patrimonial da União. Já as ações de risco "possível" não são provisionadas. O Tesouro Nacional disse que, de 2017 (R$ 31,7 bilhões) a 2023 (R$ 151,9 bilhões), os gastos com ações do Judiciário cresceram de forma expressiva, mas passaram a cair depois de 2024 com mudanças nas regras de precatórios, como a regularização de passivos anteriores. A equipe econômica prevê custos de R$ 121,3 bilhões em 2026 e de R$ 101,2 bilhões em 2027 com ações do Judiciário.

Segundo o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) Alexandre Andrade, o mostra que os riscos continuam elevados, ainda que tenha havido queda nos valores. Segundo ele, a exposição de R$ 4,87 trilhões está acima de um terço do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Ele destaca que a diminuição decorre quase integralmente da reclassificação de ações previdenciárias de risco possível para risco remoto. "Ou seja, mudou a avaliação jurídica das ações, mas as disputas continuam em curso", diz.

O diretor diz ainda que o relatório deixa de fora riscos relevantes para o ano que vem, como a transição da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) criada pela **reforma tributária**, as medidas anunciadas nos últimos meses pelo governo federal depois do envio do Orçamento ao Congresso e o crédito concedido com recursos do Tesouro, que não afeta o resultado primário, mas eleva a dívida pública.

"Há motivo de preocupação, e as próprias projeções do governo mostram isso. A melhora do resultado primário desde 2023 é real, mas tem três ressalvas: a base de comparação está inflada, porque o déficit de 2023 inclui o pagamento extraordinário de precatórios atrasados; a melhora veio sobretudo da receita, não da despesa; e o resultado efetivo é menor que o contabilizado para [o cumprimento da] meta", diz.

Para ele, o esforço fiscal feito até aqui pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não basta para estabilizar o endividamento público. O Tesouro manteve a estimativa de alta da relação dívida bruta do governo geral enviada no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, que indica alta de até 89,7% do **PIB** em 2030. Atualmente, o indicador está em 82,9%, sempre em relação ao **PIB**.

Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do Asa, afirma que a queda recente dos riscos fiscais "é real, mas pode ser menos sustentável do que aparenta". Entre vários fatores, ele menciona, que mudanças recentes na **legislação tributária**, como tributação de fundos exclusivos, offshores e mínima sobre a renda, "costumam gerar litígio sobre regras de transição, creditamento, enquadramento setorial e benefícios".

"Os contenciosos sobre estes temas ainda estão nas primeiras instâncias, o que reduz a chance de serem classificados como risco provável ou possível", afirma. "Com o gasto com sentenças projetado em 4,5% da

despesa primária em 2026, o risco judicial pode voltar a pressionar as contas."

Congresso deve votar Orçamento 2027 até dezembro

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, deputado Domingos Neto (PSD-CE), afirmou na terça-feira (3) que há acordo para votar o Orçamento de 2027 ainda este ano no colegiado e nos plenários das duas Casas. De acordo com o cronograma anunciado, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) serão votadas até 17 de dezembro.

Segundo o parlamentar, a ideia é que a comissão consiga votar a LDO até 9 de dezembro e a LOA até 17 dezembro. "A previsão é votar a Lei Orçamentária

Anual até 17 de dezembro, para que seja apreciada no plenário do Congresso Nacional", disse Domingos Neto.

O relator da LOA será o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), após designação do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). Já sobre a LDO, Alcolumbre tem dito a aliados que indicará a senadora Tereza Cristina (PP-MS) para o posto. Braga e Tereza tiveram uma reunião com Alcolumbre na terça-feira para tratar sobre o tema. A expectativa é que o anúncio formal dos relatores seja feito nesta quarta-feira (4).

O presidente da CMO afirmou ainda que o Orçamento de 2027 precisará contemplar uma série de medidas anunciadas pelo governo federal durante a campanha presidencial. Por isso, explicou, os parlamentares aguardam o envio, pelo Executivo, de mensagens modificativas ao projeto orçamentário, dentro do prazo de tramitação, para incorporar as novas despesas e adequar a proposta às promessas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se reelegeu.

"Nós aguardamos que ele possa enviar essas mensagens para adequar o projeto que foi enviado em 31 de agosto à nova realidade diante das propostas que foram votadas depois disso", ressaltou Domingos Neto.

Fontes ouvidas pelo Valor avaliam que o calendário de votação do Orçamento já foi elaborado considerando a possível tramitação de propostas do Executivo relacionadas ao pacote de ajuste fiscal.

Entre elas estão o projeto de lei complementar (PLP) que permitirá ao governo, entre outras medidas, mirar o centro da meta fiscal, e a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorrogará a vigência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), necessária em razão do atraso no envio da medida provisória (MP) que regulamentará o Imposto Seletivo da **reforma tributária**.

Como afirmou Domingos Neto, o governo também precisa enviar ao Congresso uma modificação ao texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 para acomodar as propostas anunciadas por Lula, como o reajuste do Bolsa Família, a ampliação do Pé-de-Meia, o novo Desenrola e o Pix MEI.

Pelas estimativas iniciais do governo, as iniciativas anunciadas podem ter impacto de R$ 53,6 bilhões em 2027, dos quais R$ 45,7 bilhões correspondem a aumento de despesas e R$ 7,9 bilhões a redução de receitas, conforme disse ao Valor o ministro do Planejamento, Bruno Moretti.

O ministro afirmou, no entanto, que a maior parte das medidas que elevam os gastos poderá ser compensada, por exemplo, por revisões nas estimativas de despesas obrigatórias. Segundo ele, será necessário remanejar cerca de R$ 20 bilhões em despesas para acomodar as novas propostas, sem elevar o limite total de gastos. Interlocutores do Legislativo, porém, avaliam que o impacto pode superar o valor estimado pelo governo.

Dentre as medidas anunciadas, há ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê tarifa gratuita de ônibus aos fins de semana, com impacto estimado em R$ 12 bilhões. O governo prevê que a medida será financiada com recursos de emendas impositivas e, por isso, não exigirá remanejamento de outras despesas. Nos bastidores do Congresso, há descrença quanto ao avanço da proposta caso as emendas sejam a única fonte de financiamento para a proposta.

O Congresso precisará, ainda, abrir espaço adicional no Orçamento para acomodar recursos das emendas de comissão, que vieram zeradas no PLOA. O limite estabelecido em lei para essa modalidade tem como referência os cerca de R$ 12 bilhões destinados às emendas de comissão neste ano, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA).

Split payment e RAD mudam liquidez do caixa das empresas

O split payment (pagamento dividido, em tradução livre), um dos pilares da **reforma tributária**, vai mudar profundamente o fluxo de caixa das empresas. Instituições financeiras e de meios de pagamento passarão a separar automaticamente, na liquidação da operação, a parcela do IBS e da CBS, repassando-a diretamente à **Receita Federal** e ao Comitê Gestor do IBS. Previsto para começar de forma opcional em 2027 e se tornar obrigatório em meados de 2028, o modelo promete combater a sonegação e agilizar os créditos tributários, mas elimina o uso temporário desses valores como capital de giro.

A mudança, porém, não vai esperar os bancos. A partir de janeiro de 2027, passa a ser opcional o RAD (Recolhimento pelo Adquirente), uma espécie de Split Payment manual. A própria empresa compradora recolhe os novos **tributos** ao fisco e paga ao fornecedor apenas o valor líquido. Como o crédito de IBS e CBS depende do efetivo recolhimento na etapa anterior, é o RAD que garante esse direito enquanto o split bancário não estiver em operação.

O principal desafio não é puramente fiscal, mas cultural e operacional. Historicamente, muitos empresários usam o valor dos **impostos** como capital de giro informal, um fôlego para quitar despesas ou repor estoques até o vencimento das guias. Com o RAD e o Split Payment, esse dinheiro deixa de entrar no caixa do fornecedor, pois será recolhido diretamente à **Receita Federal** e ao Comitê Gestor do IBS. Os **tributos** deixam de ser instrumento de gestão de caixa, e o fim dessa liquidez temporária pode gerar um imediato sufoco operacional.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Essa mudança estrutural forçará executivos a revisarem novos projetos, planos de expansão e o próprio uso do dinheiro da organização, já que o financiamento de curto prazo ficará mais escasso e caro. Quem não se planejar poderá ficar refém do crédito bancário e de juros altos. E, embora o governo prometa devolver os créditos com a mesma velocidade de cada compra, o ceticismo do mercado quanto à agilidade do fisco é legítimo.

Do lado do comprador, o desafio é outro. Diferentemente do que se costuma supor, a empresa adquirente não perde o crédito fiscal quando o fornecedor deixa de recolher seus **tributos**: ela pode optar pelo RAD e garantir o crédito a partir desse momento. O risco real é o adiamento. Sem o pagamento pelo fornecedor, o crédito pode ser postergado para a liquidação financeira, via Split Payment ou RAD, e um valor esperado no fechamento do mês pode só se materializar semanas depois, reduzindo a previsibilidade financeira.

Nesse cenário, a inteligência tributária passa a ser essencial para a sobrevivência dos negócios e a preservação da liquidez. Softwares de modelagem fiscal com inteligência artificial permitem rodar dados históricos e simular o impacto do RAD e do split payment no caixa antes da virada da chave, em janeiro de 2027, dando fôlego para renegociar prazos com clientes e fornecedores e construir reservas estratégicas.

Ao conferir cada documento fiscal no momento da operação, acompanhar a situação de recolhimento dos fornecedores e indicar quando acionar o RAD, essa tecnologia blinda o negócio contra erros de cadastro, escolhas erradas de regime e fornecedores irregulares. São falhas externas que, sob as novas regras, podem significar crédito adiado e dinheiro travado.

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2026/11/split-payment-e-rad-mudam-liquidez-do-caixa-das-empresas.shtml

Queda na receita do café leva exportadores a cobrar ação do governo Lula (café)

Gabriela Echenique

A queda na receita das exportações de café abriu uma nova frente de cobrança do setor sobre o governo Lula . Apesar da expectativa de uma safra recorde em 2026, o país deixou de receber US$ 952 milhões com as vendas do produto até setembro deste ano.

Empresas exportadoras de café afirmam que problemas internos de infraestrutura, além da falta de respostas sobre o impacto da **reforma tributária** fazem o produtor perder valor e as empresas questionam falta de segurança jurídica.

O setor pede mais atenção do governo Lula depois de a receita cair 8,6%. Apesar disso, o volume de café exportado subiu ao longo do ano.

As empresas afirmam que estão enfrentando mais despesas logísticas e que, em meio à tensão internacional, a pressão sobre Lula vai aumentar no próximo ano.

"Lula terá mais quatro anos para enfrentar essa situação. A **reforma tributária** não pode se tornar mais um custo para quem produz e exporta. O governo precisa garantir que ela funcione na prática", disse o tributarista Gustavo Melo, sócio do escritório Menndel E Melo Advocacia, que assessora as empresas.

A **reforma tributária** prevê a desoneração de **impostos** sobre as exportações, mas as empresas alegam que eventuais atrasos na devolução dos valores podem comprometer o capital de giro.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2026/11/queda-na-receita-do-cafe-leva-exportadores-a-cobrar-acao-do-governo-lula.shtml

Democratas impõem dura derrota a Trump na Câmara e no Senado

COM NYT, AP e AFP

Presidente perde controle do Congresso e oposição terá mais poder na aprovação do orçamento e capacidade de investigar aliados, parentes e membros do governo dos EUA

Da página A1 Os democratas impuseram ontem a derrota mais dura da carreira política de Donald Trump em uma eleição legislativa. O Partido Republicano perdeu o controle da Câmara dos Deputados e do Senado, o que deve complicar a aprovação da agenda do presidente nos dois anos restantes de seu mandato.

A totalização dos resultados pode levar dias, ou semanas, em razão de problemas na apuração, especialmente no Alasca, além de eventuais recontagens. Mas os primeiros resultados da Costa Leste marcaram vitórias importantes para os democratas, especialmente no Senado.

O democrata Jon Ossoff teve uma reeleição fácil sobre o trumpista Mike Collins. Excelente orador e carismático, ele é considerado por muitos como um sucessor de Barack Obama e a vitória de ontem o coloca como um dos pré-candidatos à presidência em 2028.

Os trumpistas tiveram uma noite desastrosa. Perderam senadores em Estados tradicionalmente republicanos ou que foram completamente dominados por Trump nos últimos dez anos. Em Kansas, onde o presidente venceu em 2024 por 16 pontos porcentuais, o democrata Adam Hamilton foi eleito ao Senado com uma diferença de mais de 5 pontos porcentuais - um avanço de 20 pontos em dois anos.

Hamilton é fundador da Igreja Metodista Unida da Ressurreição, a maior congregação metodista dos EUA, com cerca de 25 mil membros. Ele escreveu dezenas de livros voltados para o estudo bíblico e a fé cristã, com mais de um milhão de cópias vendidas. O perfil conservador é um contraste com democratas progressistas de outros Estados e um exemplo de como o partido soube escolher sob medida seus candidatos.

ERRO DE CÁLCULO. No Texas, o segundo Estado mais populoso dos EUA, atrás apenas da Califórnia, o democrata James Talarico obteve uma vitória fácil sobre o republicano Ken Paxton, um aliado de Trump. Talarico é um ex-seminarista, considerado candidato ideal e também escolhido sob medida para vencer uma eleição majoritária em um Estado conservador.

Além de credenciais adequadas para o Texas, Talarico contou com a péssima imagem do rival. Paxton é cercado de escândalos. Sua carreira é marcada por um processo de impeachment na Câmara do Texas, em 2023, após acusações levantadas por seus próprios assessores, que o denunciaram ao FBI por abuso de poder.

O senador republicano hoje no cargo, John Cornyn, bastante popular no Texas, perdeu as primárias republicanas porque Trump decidiu apoiar Paxton na reta final, uma decisão muito criticada por líderes conservadores.

Outra eleição surpreendente foi na Carolina do Sul. A escolhida por Trump para concorrer foi Darline Graham, irmã do senador Lindsey Graham, que morreu em julho. Totalmente inexperiente, ela sofreu durante a campanha. Ao ser questionada sobre sua posição com relação a Taiwan, durante um debate, ela admitiu que o tema não era o seu forte. "Segurança nacional não é minha praia", disse. Ontem, ela foi derrotada pela democrata a pediatra Annie Andrews.

FACILIDADE. Em alguns Estados, a corrida ao Senado foi competitiva. O democrata Sherod Brown venceu em Ohio e Abdul El-Sayed derrotou o trumpista Mike Rogers em Michigan. Integrante da ala mais progressista do partido, ele será o primeiro senador muçulmano da história dos EUA.

A previsão é que a bancada democrata no Senado cresça de 47 para cerca de 53 ou 55 senadores. Os democratas, no entanto, lamentaram a derrota de Angie Nixon para a senadora republicana Ashley Moody, na Flórida, por apenas 2 pontos porcentuais, uma disputa bem mais apertada do que previam as pesquisas.

Com a vantagem de Moody nas sondagens, os democratas optaram por retirar recursos da campanha de Nixon. Alguns estrategistas do partido disseram ontem que o dinheiro poderia ter empurrado a candidata à frente na reta final.

O tamanho da maioria democrata no Senado, no entanto, só será conhecido após a eleição no Alasca, cuja apuração costuma levar mais tempo, e de outros Estados da Costa

Oeste. O que se sabe, no entanto, é que os democratas, com a maior bancada de senadores, terão poder de bloquear nomeações de gabinete e juízes, especialmente para a Suprema Corte, além de rejeitar políticas contra imigrantes, ter mais força para aprovar orçamentos e vetar cortes de **impostos**.

DEPUTADOS. A derrota dos republicanos na Câmara dos Deputados também foi avassaladora, mesmo com os redesenhos eleitorais do ano passado, arquitetados para turbinar a bancada trumpista. Segundo projeções, os democratas devem obter, após a totalização dos resultados da Costa Oeste, entre 40 e 60 cadeiras.

Um bom exemplo é o deputado democrata Jared Moskowitz, da Flórida. Após o redesenho, ele foi jogado em um distrito eleitoral tradicionalmente republicano, mas surpreendeu e acabou derrotando o republicano Scott Singer com 5 pontos porcentuais de vantagem.

Com o comando da Câmara dos Deputados, os democratas dominarão as comissões parlamentares e terão poder para lançar investigações sobre contratos do governo, aliados de Trump e membros do governo. Um dos alvos poderia ser o bilionário Elon Musk, envolvido com o corte de funcionários em agências importantes, contratos com o Pentágono e demissões de controladores-gerais que supervisionavam suas empresas.

O temor das investigações fez com que Trump falasse, na segunda-feira, na possibilidade de conceder perdões preventivos a aliados e funcionários do governo. A medida, no entanto, não impediria os inquéritos no Congresso. As comissões mantêm a autoridade para emitir intimações, exigir documentos e realizar audiências públicas sobre as condutas dos envolvidos.

O perdão pode ser ainda mais constrangedor do que parece. De acordo com a jurisprudência da Suprema Corte dos EUA, o recebimento do benefício elimina o risco de incriminação legal para os crimes federais, por isso quem for perdoado, mas intimado, perderia o direito de invocar a 5.ª Emenda e ficar em silêncio. GOVERNADORES. Os democratas também venceram governos estaduais, como a Geórgia, governada desde 2003 pelos republicanos. Keisha Lance Bottoms derrotou o republicano Rick Jackson, tornandose a primeira mulher negra eleita para o cargo na história do Estado. O democrata Josh Shapiro também foi reeleito com facilidade na Pensilvânia. Ele é outro cotado a ser précandidato à presidência em 2028.

Ao todo, a temporada eleitoral termina com cerca de US$ 1,2 bilhão gastos na campanha, de março a novembro, contando as prévias e todos os milhares de cargos pelo país. O maior doador foi Musk, que torrou US$ 474 milhões para impulsionar os candidatos republicanos, US$ 224 milhões apenas no Texas, na derrota de Paxton. "Ele acha que pode comprar o Texas e quis comprar a eleição", disse o democrata Talarico, durante a campanha.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Copom decide hoje nova taxa Selic

» RAPHAEL PATI

O Comitê de Política Monetária (Copom) define hoje a nova taxa básica de juros. A aposta do mercado financeiro para a conclusão da reunião, que teve início ontem, voltou a ser de uma Selic de 13,5% ao ano, após a mediana das projeções levantadas pelo Boletim Focus terem reduzido para 13,25% na primeira semana após o primeiro turno das eleições.

Além da taxa em si, os investidores estão atentos ao **comunicado** que será emitido pelo Banco Central, após a reunião, que vai sinalizar os próximos movimentos em relação ao juros no país. Segundo o Fo-cus, a maioria ainda espera uma queda de 0,25 ponto percentual nesta reunião e o encerramento do ciclo de queda no último encontro do ano, marcado para os dias 8 e 9 de dezembro.

A mediana das projeções para a Selic também subiu em todo o horizonte do relatório. Para 2027, o mercado espera uma taxa de juros a 12,5% a.a., ante uma estimativa de 11,75% a.a. até a semana anterior. Nos anos seguintes, 2028 e 2029, as apostas subiram para 11% e 10,25%, respectivamente. O analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima avalia que a projeção de 10% para 2028 só voltará a ser viável com um ajuste fiscal convincente, baseado no controle das despesas obrigatórias e na recuperação dos resultados primários.

"Sem isso, qualquer expansão adicional dos gastos tende a ser cobrada pelo mercado por meio de um dólar mais caro, juros futuros elevados e crédito mais restrito. Para a Bolsa, vejo um ambiente de maior seletividade, com empresas endividadas e dependentes do consumo doméstico mais pressionadas" destaca o especialista.

Na mesma linha, o CEO da Asset, Gustavo Assis, considera que a expectativa de juros menores, mesmo diante de uma **inflação** mais elevada, está relacionada ao patamar ainda restritivo da política monetária, que tende a continuar limitando o consumo e os investimentos. Entretanto, caso o aumento das despesas públicas não seja acompanhado por medidas consistentes de controle fiscal, ele acredita que o mercado poderá exigir prêmios de risco maiores, pressionando o dólar, os juros futuros e as expectativas de **inflação**.

"Para permitir uma redução sustentável da Selic até 2028, será fundamental apresentar um ajuste estrutural das contas públicas, com controle das despesas obrigatórias, maior eficiência do gasto e uma trajetória crível de estabilização da dívida. Sem essas medidas, a economia poderá conviver com juros reais elevados por mais tempo, dificultando a recuperação do crédito, do consumo e dos investimentos produtivos", analisa Assis.

Já para André Matos, CEO da MA7 Capital, o governo precisaria sair do déeicit e mostrar um caminho crível de superávits crescentes, com revisão de gastos obrigatórios e de benefícios tributários, rumo aos cerca de 2% do **PIB** que estabilizariam a dívida. "A ideia de que mais gastos seriam compensados pelo dólar e pelos juros mais altos não se sustenta: mais da metade da dívida é atrelada à Selic, e cada ponto a mais de juros custa algo perto de R$ 50 bilhões por ano ao governo, cerca de metade de todo o pacote de medidas da campanha", destaca.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/04/all.pdf

"Onda azul" desenha pesadelo para Trump

A comemoração no comitê de campanha do Partido Democrata na Carolina do Norte, com a vitória de Roy Cooper na disputa por uma cadeira estratégica no Senado, deu o tom de uma noite em que a oposição aguardava com ansiedade, mas com confiança crescente, a confirmação do que as pesquisas de opinião indicavam até a véspera da votação. A reprovação de dois terços dos norte-americanos ao presidente Donald Trump conduziria os democratas à reconquista da maioria em ambas as casas do Congresso. Ainda à espera do início das apurações em parte expressiva do país, às 23h30 de ontem (em Brasília), o cenário parecia confirmar a formação de uma "onda azul" (a cor do partido) nas urnas, como se viu também na Geórgia, outro estado sulista com longa tradição republicana, onde a oposição elegeu a primeira governadora negra na história do estado.

Enquanto mais de 100 milhões de eleitores iam às urnas nos 50 estados, para renovar o Congresso e eleger 32 governadores, Trump tratava de contornar as pesquisas e projeções que apontavam para dificuldades e limitações nos últimos dois anos do segundo mandato - o último, segundo reza a Constituição. O resultado final, a ser conhecido possivelmente hoje, determinará se o presidente encenará, até janeiro de 2029, o personagem que o jargão político do país chama de "pato manco": um presidente sem poderes para governar efetivamente. E, como desdobramento, com ainda maior dificuldade para fazer o sucessor.

O Partido Democrata, atualmente com 47 senadores, aposta na confirmação das pesquisas que indicavam a possibilidade de superar as 51 cadeiras que asseguram a maioria. Além de Cooper, na Caro-lina do Norte, candidatos da oposição eram cotados para tomar vagas dos republicanos em estados tradicionalmente conservadores, como Texas, Ohio e Kansas.

Na Câmara dos Deputados, o

panorama das primeiras horas de contagem dos votos indicava desfecho semelhante. Na largada para a votação, bastava aos democratas

um ganho líquido de quatro cadeiras para chegar às 218 que garantem o controle da casa. No fechamento desta edição, eles haviam

tomado duas vagas republicanas e lideravam a disputa em mais de 60 distritos hoje representados pelos republicanos (governistas), que apareciam em vantagem em apenas seis distritos até aqui em poder da oposição.

"Grandeza"

"Temos de manter a grandeza dos EUA" disse, no início da tarde, em entrevista à emissora de TV Fox News, conhecida pela simpatia ao presidente. "Éramos motivo de piada no mundo inteiro" afirmou. "Os líderes de outros países nem sequer nos levavam a sério. Achavam que éramos tolos, mas agora estamos por cima. Somos o país mais em voga do mundo: todo mundo nos respeita. Vamos manter isso e melhorar ainda mais" prometeu.

À espera dos primeiros resultados, o presidente assinou uma

proclamação que declara uma "semana do anticomunismo" entre 1° e 7 de novembro. "Convoco todos os norte-americanos a se manterem firmes contra qualquer ameaça ao nosso modo de vida e a protegerem a chama da liberdade contra a escuridão do comunismo"" diz o texto.

Quando conquistou o segundo mandato (não consecutivo), há dois anos, Trump colocou no centro da campanha eleitoral vitoriosa sua política de linha-dura contra a imigração ilegal, antes de tudo a partir do México. "Quando assumi o cargo, a fronteira estava aberta. Tínhamos milhões e milhões de pessoas entrando em massa, muitos deles criminosos e assassinos", apontou.

O presidente chegou a abordar um dos temas que mais pesaram sobre os eleitores, a julgar pelas pesquisas de opinião conduzidas ao longo do ano: a **inflação** e a alta do custo de vida, puxados pela

disparada no preço dos combustíveis. Embora se trate de impacto direto da guerra iniciada por ele próprio contra o Irã, no último dia de fevereiro, o presidente insistiu em que os EUA teriam "controle total" sobre o Estreito de Ormuz, via estratégica para o comércio global de petróleo. "A **inflação** está resolvida" anunciou. "Está tudo indo bem."

Insatisfeitos

Os resultados preliminares da pesquisa feita pela rede CNN com os eleitores à saída da urna referendou a insatisfação dos norte-americanos com os rumos do

país nos últimos dois anos: eles são 75% dos entrevistados, e 40% se disseram "com raiva" A situação econômica e a apreciação negativa sobre o presidente são os dois ingredientes principais da má vontade - captada inclusive em estados tradicionalmente fiéis ao Partido Republicano (governista). Entre 10 ouvidos, sete disseram que o Congresso "faz pouco" para conter os excessos do presidente.

Com a taxa de aprovação nas pesquisas em baixa histórica para um presidente, na casa de apenas um terço dos entrevistados, Trump paga nas urnas o preço de um governo que, nos dois primeiros anos, foi incapaz de honrar a promessa de fazer o país "voltar a ser grande". "Trata-se, simplesmente, do custo de vida, do preço da gasolina, esse tipo de coisa" afirmou à agência de notícias Fran-ce-Presse (AFP) Donta Comer, 38 anos, morador da Geórgia.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/04/all.pdf

Projeções para o IPCA sobem apesar do tom de cautela do Banco Central

MARIANNA GUALTER/BRASÍLIA

Piora do câmbio após o segundo turno põe mais pressão sobre a **inflação** e parte dos analistas vê fim do ciclo de cortes do juro

Na ata da sua última reunião, divulgada em 22 de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou a necessidade de cautela na condução da política monetária, com a manutenção de um caráter restritivo em razão das pressões da demanda sobre a **inflação**. A essa pressão, agora, se somam o dólar e o petróleo mais altos, agravando aquele cenário.

Na MAG Investimentos, por exemplo, a projeção para a trajetória da taxa Selic chegou a ser de dois cortes de 0,25 ponto porcentual após o primeiro turno das eleições, mas voltou ao cenário de juros estáveis depois do resultado do segundo turno, lembra o economistachefe Felipe de Oliveira.

Segundo ele, simulações da MAG apontam que a projeção de **inflação** do BC no horizonte relevante subiria de 3,2% para acima de 3,5%. Esse nível de correção é semelhante ao calculado por Nicolas Borsoi, estrategista da Tullett Prebon. "Esse conjunto de câmbio e petróleo (em alta) dão argumentos para o BC não cortar mais. A piora nessas variáveis faria o IPCA sair de 3,2% para 3,5% no fim do horizonte relevante. Assim, fica difícil manter a escrita de "ao redor da meta"", diz Borsoi.

"O BC tem uma possibilidade não desprezível de sinalizar uma interrupção do ciclo, de mostrar que o processo de calibração parou", emenda Oliveira, da MAG.

FOCUS. No primeiro relatório Focus com respostas consolidadas após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, divulgado ontem, a mediana das projeções do mercado para a Selic no ano subiu de 13,25% para 13,50%, depois de duas semanas de estabilidade. A estimativa intermediária para a Selic no fim de 2027 também avançou, de 11,75% para 12,50%.

A mediana do Focus para o IPCA de 2026 subiu de 5,19% para 5,22% - 0,72 ponto porcentual acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central, de 4,50%.

Em 16 de setembro, o Copom reduziu a Selic em 0,25 ponto porcentual, de 14% para 13,75% ao ano. Foi o quinto corte consecutivo dos juros, com recuo de 1,25 ponto porcentual desde que o BC começou o atual "ciclo de calibração" da política monetária, diante das incertezas quanto aos impactos da guerra no Irã sobre as cadeias globais de suprimentos, os preços de commodities, o petróleo em especial, e a própria **inflação**.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Projeção do Tesouro aponta pico da dívida pública perto de 90% do PIB

BERNARDO LIMA E JOÃO SORIMA NETO*
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E MADRI O repórter viajou a convite do Santander

Nível seria atingido em 2030, ante estimativa anterior, de 87,8%, em 2029

Adívida bruta do governo geral deverá subir ano a ano até 2030, quando chegará perto de 90% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mais precisamente 89,7%, e a redução sustentada desse endividamento depende da continuidade de reformas, sobretudo nas contas públicas. A avaliação está no Relatório de Riscos Fiscais da União de 2026, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e divulgado ontem.

O Tesouro calcula que a dívida pública - incluindo governos federal, estaduais e municipais, indicador mais usado em comparações internacionais - fechará 2026 em 83,7% do **PIB**, alta de 5,1 pontos percentuais (p.p.) sobre os 78,6% do fim de 2025. A relação subiria para 86,5% em 2027, 88,4% em 2028 e 89,6% em 2029, até o pico de 2030. Depois, recuaria devagar, para 86,3% em 2036, último ano da projeção. A trajetória é pior do que a apresentada em abril, no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027, que previa pico de 87,8% do **PIB** em 2029.

No documento, o órgão afirma que "a redução sustentada da (relação) dívida/**PIB** no médio prazo depende da continuidade de reformas que melhorem o ambiente de negócios e maior crescimento do **PIB**, com destaque para aquelas que promovam a consolidação fiscal". Pelos números do próprio Tesouro, todo o próximo mandato presidencial teria dívida em alta.

O relatório simula o que aconteceria em diferentes cenários, conforme o crescimento do **PIB** (meio ponto percentual a mais ou a menos por ano), os juros (um p.p.) e ao resultado primário (0,5% do **PIB** por ano). As variações valem a partir de 2027 - no caso dos juros, desde a reunião de novembro do Comitê de Política Monetária (Copom).

Na combinação adversa - déficits maiores, crescimento menor e juros mais altos -, a dívida bruta chegaria a 96,3% do **PIB** em 2030, passaria de 100% em 2033 e alcançaria 103,4% em 2036, 17,1 pontos acima do cenário central. Na combinação favorável, recuaria a 71,3% em 2036, 15 pontos abaixo. Apenas o resultado das contas já muda o quadro em mais de dez p.p.: meio ponto do **PIB** a mais de superávit por ano levaria a dívida a 81,1% em 2036; meio ponto a menos, a 91,5%.

FMI FAZ ALERTA

Em Madri, a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, usou seu discurso na Conferência Internacional de Bancos, promovida pelo Santander,

para alertar para os riscos do elevado endividamento público em vários países. Segundo ela, o mundo está numa "escadaria da dívida pública", aproximando-se de de 100% do **PIB** global:

- No que diz respeito à dívida (pública), estamos diante de uma espécie de escadaria: degrau após degrau, subindo cada vez mais. E posso garantir: não é uma escadaria para o paraíso, com certeza - alertou Georgieva, enfatizando que a combinação de **inflação** alta e juros elevados torna o custo dos encargos das dívidas sufocante para os governos, impactando diretamente empresas e famílias.

*

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Ministro da Fazenda critica proposta de "tabelar juros"

BERNARDO LIMA bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Durigan diz que governo debate ajuste gradual. Economista André Lara Resende propôs criação de Conselho Fiscal e Monetário

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem que o governo Lula está debatendo um "ajuste gradual" nas contas pública seque não há nada em discussão que "justifique o medo" do mercado financeiro com possíveis medidas.

O titular da Fazenda ainda voltou anegar que a equipe econômica e o Planalto estejam discutindo a proposta de tabelamento de juros, após um artigo do economista André Lara Resende ser mencionado por apoiadores do governo.

- O presidente não tem agenda com outros economistas. Ele tem tido agenda comigo enas agendas comigo, nós não estamos tratando de nada que justifique ao mercado ter um aposição de medo. Estamostratando de uma juste gradual que respeite os compromissos de campanha, que seja justo em relação aos mais pobres, em relaçãoàprogr essividade queé necessárias er buscada nonossosist ema-disse.

O artigo foi publicado pelo economista, que é um dos formuladores do Plano Real, em 25 de setembro. O texto foi defendido nas redes pela deputada e ex-ministra Gleisi Hoffmann (PT-PR) neste domingo. A deputada federal elogiou a proposta, e afirmou que as ideias traçadas no texto seriam importantes "para enfrentar essa ofensiva terrorista sobre a política fiscal brasileira".

Em seu texto, o economista critica a política monetária adotada pelo Banco Central (BC). Como alternativa, Lara Resende propôs a criação de um Conselho Fiscal e Monetário para coordenar as duas políticas e estabelecer metas de médio prazo. O órgão definiria diretrizes para a trajetória fiscal e monetária, e o BC manteria autonomia operacional para executar a política de juros.

A proposta do economista prevê uma redução gradual da taxa básica de juros para cerca de 7,5% ao ano em 12 meses, com o objetivo de chegar, posteriormente, a um patamar entre 3% e 5,5%. Para isso, ele defende a adoção de um planejamento fiscal de longo prazo, que permita reduzir os juros sem comprometer a trajetória da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**).

PROPOSTA TEM "PROBLEMAS"

Ontem, Durigan voltou a negar que o economista tenha um encontro marcado com Lula e disse que a proposta tem "vários problemas".

-Não há agenda nenhuma fixada com o presidente. Do meu ponto de vista, é uma ideia incipiente que foi colocada para debate público, mas não é uma proposta a ser avaliada ainda. E tem várias deficiências, do meu ponto de vista, vários problemas que estão colocados e que eu mesmo, a minha equipe vai poder conversar com ele, com outros economistas, como já temos feito, mas não há nada nesse sentido sobre a mesa -disse.

Ao ser perguntado sobre as propostas de ajuste fiscal, Durigan disse que o debate ainda é incipiente, e que as ideias começaram a ser levadas a Lula na semana passada. Segundo ele, o desafio será conciliar a responsabilidade fiscal com o compromisso social assumido na campanha de Lula:

- O que tenho feito é apresentado diagnósticos e propostas com críticas a algumas propostas fáceis que aparecem, e reforçando a trajetória do que acredito: melhorar as condições de vida das pessoas e melhorar a condição fiscal.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Plano de governar com as ruas e as redes eleva custo político de medidas de ajuste

FABIO GRANER fabio.graner@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Ao pedir no canal de WhatsApp "Exército do Lula" mobilização da sociedade civil junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) na discussão sobre o fim das bets, o presidente Lula deu a primeira mostra de que pretende usar, no novo mandato, o ativo das ruas e das redes conquistado no 2º turno das eleições.

E isso tem implicações não só políticas, mas também econômicas. Afinal, manter a base de apoio popular motivada a proteger o governo e pressionar as instituições pela efetivação da agenda passa a ser um objetivo do Planalto.

Nesse contexto, o risco é que, querendo governar com maior participação e mobilização social, Lula se torne mais receoso de tomar medidas que possam ser vistas como impopulares. A vitória histórica no 2º turno e a lógica de governar mais com o povo aumentaram o custo político de um "estelionato eleitoral" ou mesmo de medidas mal interpretadas.

Por outro lado, Lula sabe do risco de perder o controle da economia e de a **inflação** subir, o que seria altamente danoso para a percepção sobre seu governo.

O governo passa, no campo econômico, por uma fase de alta incerteza. A celeuma que ganhou corpo nos últimos dias e se instalou no debate econômico em torno da proposta para reduzir drasticamente os juros no Brasil, feita pelo economista André Lara Resende, reflete muito esse quadro de dúvidas. Intencionalmente ou não, as inquietações sobre os rumos da economia estão sendo alimentadas pelo próprio Lula, ainda que a chance de medida dessa natureza ser adotada pelo governo seja remota, a despeito do forte apoio em segmentos do petismo, especialmente das alas mais à esquerda.

Após o fechamento das urnas, têm sido esperados pelos agentes econômicos, e não só pelo mercado financeiro, sinais mais concretos sobre os rumos da nova administração. Até agora, porém, o chefe do Planalto falou pouco sobre o assunto, não desautorizou a corrida especulativa em torno de possíveis nomes para o Ministério da Fazenda e tampouco deu informações concretas sobre o rumo da política fiscal.

No início da campanha, ele dava sinais de entender a necessidade de ser mais contido no novo ciclo político. Mas, após disputa acirrada e que no 2º turno teve o ataque ao plano fiscal do adversário como um dos flancos de ação, Lula indica que pesará ainda mais as decisões que afetam a trajetória das contas públicas.

Desde a semana passada tem havido deterioração substancial do mercado. No primeiro momento, pela reversão das apostas de que Flávio Bolsonaro venceria o pleito. Mas a piora adicional ocorre porque falta clareza sobre o rumo do governo.

A equipe econômica tem buscado acalmar as coisas, reforçando o compromisso de trajetória de resultado primário crescente e que chegue ao fim do governo em 1,5% do **PIB**. Isso representaria ajuste de quase 2 pontos porcentuais do **PIB** em quatro anos. Não é pouco e melhoraria o quadro.

O problema é que o mercado ainda não vê motivos para acreditar na efetivação dessa trajetória, especialmente porque ela demanda medidas de ajuste, sobretudo nas despesas obrigatórias. E essas ações precisam de aval do presidente, que ainda sequer deu uma palavra pública mais forte de respaldo aos seus auxiliares da economia, o que poderia ajudá-los no esforço de jogar água na fervura.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Criação do Ministério da Segurança é oportunidade para Alckmin

A provável criação do Ministério da Segurança Pública, condicionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à aprovação da proposta de emenda constitucional que dá mais instrumentos à União no combate ao crime organizado, abrirá uma vaga na Esplanada que pode interessar ao vice-presidente Geraldo Alckmin.

A PEC foi aprovada na terça-feira (3) pelo Senado, movimento que coincide com as discussões preliminares sobre a composição do próximo governo. Em relação ao destino de Alckmin, porém, ainda há mais de um cenário traçado dentro e fora do PSB.

Há os que insistem que seu nome deveria permanecer entre os cotados para o Ministério da Fazenda: já era crescente a preocupação no mercado com a resistência de Lula em cortar despesas obrigatórias, quando começou a ganhar corpo entre a ala mais desenvolvimentista do PT uma proposta formulada pelo economista André Lara Resende para levar a Selic a 7,5% em um espaço de 12 meses e, depois, mantê-la em um intervalo entre a meta de **inflação** (3%) e a soma da **inflação** com o **PIB** potencial do país (5,5%). Seus defensores argumentam que a medida levaria a uma economia fiscal, embora seus críticos alertem que ela pode causar uma fuga de capitais com efeito danoso sobre a taxa de câmbio e a **inflação**.

Aliados de Alckmin ponderam que sua eventual nomeação para o Ministério da Fazenda poderia ajudar a ancorar as expectativas. Em primeiro lugar, em razão de seu histórico. Quando governou São Paulo, o então tucano implementou um programa de ajuste fiscal mirando o custeio em diversas áreas, reduziu o ritmo de investimentos, cortou despesas com pessoal, avançou com um programa de concessões e otimizou compras públicas. Haveria, portanto, uma sinalização de que ele tem disposição e experiência para adotar medidas teoricamente impopulares, mas necessárias.

A outra mensagem, talvez subliminar e ainda mais importante neste momento, é o que alguém como Alckmin não estaria disposto a fazer à frente da equipe econômica. Em outras palavras, patrocinar medidas heterodoxas.

Nesse contexto, uma ideia levantada por aliados do vice-presidente seria Lula nomeá-lo para uma missão declaradamente temporária no Ministério da Fazenda, com prazo pré-determinado de um ano e em uma espécie de transição, até que o governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), pudesse assumir a pasta em definitivo. Dessa maneira, Fonteles não enfrentaria o desgaste de ter que cortar despesas, virar alvo do próprio PT e ainda deixar o governo do Estado depois de se reeleger para mais quatro anos de mandato.

O estabelecimento de um prazo informal de um ano para arrumar a casa daria uma saída pela porta da frente a Alckmin, argumentam essas fontes, evitando maiores desgastes para o vice-presidente da República. Se desse tudo certo, Lula ainda poderia ir estendendo a missão até quando fosse mais conveniente.

Outra possibilidade citada é a nomeação de Alckmin para o novo Ministério da Segurança Pública.

Em 2022, quando já havia sido indicado para a vaga de vice na chapa de Lula, ele publicou um artigo para defender a criação da pasta - medida que estava no programa de governo do atual mandato e acabou adiada sucessivamente. O texto, aliás, dá algumas pistas do seu pensamento sobre o assunto.

Como o crime não tem fronteiras, escreveu, o governo federal deve ser o grande protagonista, mas manter uma "boa parceria" com Estados e municípios. Polícias militares e guardas municipais devem estar presentes nos territórios, pontuou, e a Força Nacional poderia se tornar uma Guarda Nacional de Caráter Permanente.

À época, Alckmin defendeu maior aplicação de tecnologia para combater o crime transfronteiriço, como o tráfico de armas e drogas, em integração com o Ministério da Defesa e acordos internacionais. Também apontou experiências para a ressocialização de presos e investimentos no sistema penitenciário, entre elas iniciativas implementadas em São Paulo quando foi governador.

É inegável a capacidade de articulação política do vice-presidente da República com governadores dos mais variados partidos. Sua interlocução com outros Poderes também é acima da média, ativo que pode ser estratégico para quem deve ter sob seu guarda-chuva a Polícia Federal em tempos de sucessivas

crises institucionais.

O contato com os Estados Unidos e governos vizinhos demandará atenção, depois que Washington incluiu facções criminosas brasileiras na lista de grupos terroristas e lançou o Escudo das Américas envolvendo diversos países da região. Após o tarifaço americano, Alckmin foi um dos negociadores brasileiros.

Deve-se ponderar, contudo, que a sinalização é de que Lula ainda levará alguns dias até anunciar quem estará ao seu lado na fotografia inaugural do próximo mandato. Da parte do vice-presidente, o que se diz é que não há convites. Como de costume, a discrição é máxima.

Em outra encarnação, quando foi governador de São Paulo pelo PSDB, Alckmin foi criticado por petistas pelas medidas que adotou para ajustar as contas do Estado e pela conduta da polícia paulista. Agora, seja na Fazenda ou em um Ministério da Segurança Pública, pode ajudar o governo comandado pelo PT a resolver dois dos problemas que mais preocupam o brasileiro: o endividamento e a violência. Ambas as possibilidades lhe garantiriam um bom posicionamento no tabuleiro eleitoral de 2030.

Seleção de ações para o mês tem perfil mais defensivo

Após a eleição surpreender e piorar a percepção de investidores sobre as contas do governo, analistas aumentaram a cautela com as ações brasileiras e a concentração nas indicações para investir em novembro. Apenas 35 papéis foram recomendados para a Carteira Valor, o que não acontecia desde março de 2018.

Das dez ações mais indicadas, cinco mudaram. A Petrobras foi para o topo no lugar do Itaú, aconselhada por nove casas. As exportadoras se tornaram o setor favorito, enquanto as companhias financeiras perderam a preferência e as empresas de consumo deixaram o portfólio.

As exportadoras contam com cinco indicações. Além da Petrobras, o segmento tem a Vale e a Suzano, com seis recomendações cada, a Embraer, com cinco sugestões, e a WEG, com quatro.

Já o setor financeiro inclui o Itaú, com seis recomendações, e a Caixa Seguridade, que entrou com quatro indicações. Saíram das sugestões B3, BTG e Banco do Brasil.

Nas prestadoras de serviços de utilidade pública, continuaram a Sabesp, com três sugestões, e a Axia Energia, aconselhada por duas casas. A Telefônica entrou na carteira com três indicações. Já as empresas de consumo Localiza e Lojas Renner saíram.

A surpresa dos mercados com a eleição, que piorou a percepção sobre as contas do governo, levou a maior parte dos analistas a apostar em dólar, **inflação** e juros mais altos. Nesse ambiente, as companhias de consumo e do setor financeiro são mais sensíveis aos juros elevados, enquanto as exportadoras ganham com o dólar alto.

A Carteira Valor inclui as dez ações mais recomendadas por 16 bancos, corretoras e casas de análise independentes participantes. Cada instituição sugere cinco papéis para a formação da lista mensal. Em caso de empate, prevalecem as ações com maior volume financeiro médio negociado nos últimos 90 pregões na bolsa. O desempenho da carteira é calculado pela variação média das ações a cada mês, sem pesos diferentes entre os ativos.

As participantes que integram atualmente a Carteira Valor são: Ágora Investimentos, Andbank, Ativa Investimentos, Banco Daycoval, BB Investimentos, Benndorf Research, CM Capital Corretora, Empiricus, Genial, Monte Bravo, Nova Futura, Planner

Corretora, Safra Corretora, Santander Corretora, Terra Investimentos e XP Investimentos.

A Carteira Valor teve queda de 16,97% no mês passado, enquanto o Ibovespa tombou 9,88%. Nos últimos 12 meses, a seleção caiu 2,23%, e o índice subiu 12,29%.

A Petrobras foi a mais indicada para investir neste mês porque segue gerando caixa, dividendos e ganhando com a alta do petróleo, em meio à guerra entre Estados Unidos e Irã. Na análise da Ágora, a empresa reportou bons números no segundo trimestre, acompanhados de dividendos elevados.

A Vale foi indicada porque o menor preço do minério de ferro foi compensado pelo bom desempenho de vendas no terceiro trimestre, principalmente da subsidiária Vale Base Metals, aponta o BB.

Já o Itaú foi indicado pelos analistas do BB porque a instituição vê consistência e capacidade de geração de resultados no banco. "Até em um ambiente que continua seletivo para concessão de crédito, o Itaú segue demonstrando disciplina na originação, com inadimplência e custo de crédito estáveis, preservando elevados níveis de rentabilidade", afirmam.

A Suzano foi aconselhada pelos analistas por ser a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e por ter um baixo custo de produção. A Ágora diz que isso importa porque o negócio de celulose é cíclico, e a empresa com custo menor sobrevive bem aos períodos ruins e ganha muito nos períodos bons.